



**Leonardo Dirceu de Azambuja** é Licenciado em Geografia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Mestre em Educação e Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atuou como professor na Educação Básica e na UNIJUÍ. Foi docente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

É Professor Pesquisador Sênior na Pós-Graduação em Geografia (PGE-UEM), atuando na área de Ensino de Geografia. É autor de artigos relacionados ao ensino de Geografia publicados em periódicos, coletâneas e anais de eventos. Também é autor do livro "A Geografia do Brasil na Educação Básica: uma didática para o ensino da formação socioespacial brasileira", publicado pela Editora CRV, em 2018.

Leonardo D. Azambuja (UEM) apresenta uma obra que objetiva ser um recurso didático para uso no processo de formação de professores de Geografia e demais estudiosos da ciência geográfica e do seu ensino. A validade de sua proposta é intensificada pela sua ampla experiência docente na educação básica e em cursos de licenciatura (UNIJUÍ, UEM).

O autor salienta que na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) consta que o ensino de Geografia precisa instrumentalizar os discentes para pensar espacialmente, ou seja, desenvolver o pensamento espacial estimulando na sequência, ou concomitante, o raciocínio geográfico para a leitura e interpretação do mundo em que vivem. Porém, o referido documento curricular não atende suficientemente aos fundamentos conceituais e de métodos quanto à abrangência de interpretação da totalidade socioespacial.

O entendimento de espaço geográfico como conjunto indissociável de sistemas de objetos e das ações é referência da análise geográfica. Se apropriar dessa interação objeto e método pressupõe a mediação de conceitos e categorias articulados por fundamentos teóricos e metodológicos. Por isso, refletir sobre paisagem, lugar, região, território e espaço se inclui como linguagem conceitual básica. Ainda, estudar as referências sobre o estudo da natureza pela Geografia e sobre a questão ambiental, adentrando ao conhecimento geográfico, se faz oportuno.

Por fim, buscando manter vivo o debate sobre o método da ciência geográfica, o prof. Leonardo apresenta uma provocação da efetivação de escolhas teóricas e metodológicas as quais acontecem pelas necessidades e afinidades presentes na trajetória intelectual, individual e ou coletiva dos sujeitos, mediadas pelo ambiente acadêmico da Universidade e em um sentido mais amplos, da sociedade.



**Leonardo Dirceu Azambuja**

# Sobre conceitos e métodos da Geografia

Elaboração e reflexões com finalidade didática

**Cadernos Geográficos, nº 42**  
**Florianópolis – SC, 2025**

José Messias Bastos (GCN-UFSC)  
Edson de Morais Machado (CA-UFSC)  
(Editores)

O Cadernos Geográficos teve sua primeira publicação no ano de 1999, sendo lançado na XX Semana de Geografia da UFSC (SEMAGeo), promovida pelo Departamento de Geociências.

O primeiro foi assinado por Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (O Estudo Geográfico do Clima), sendo seguido por Armen Mamigonian, João José Bigarella, José Bueno Conti, Aziz Nacib Ab'Saber, Amaury Porto de Oliveira, entre outras importantes obras com temas da geografia física e humana.

A partir do número 37, as obras passam a ser publicadas como livros (Série Cadernos Geográficos), buscando a veiculação de trabalhos acadêmicos resultantes de pesquisas científicas elaboradas por professores e estudantes de Graduação e Pós-Graduação, bem como pesquisadores. Busca ainda a veiculação de monografias, dissertações e teses defendidas na área da ciência geográfica.

**Comissão Editorial**  
**Cadernos Geográficos**

Leonardo Dirceu de Azambuja

# **SOBRE CONCEITOS E MÉTODOS DA GEOGRAFIA:**

**ELABORAÇÃO E REFLEXÕES COM FINALIDADE  
DIDÁTICA**

**Cadernos Geográficos**  
**Nº 42 - LABEUR / GCN / CFH / UFSC / IIR**  
**Florianópolis, 2025**

# **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

Reitor: Irineu Manoel de Souza  
Vice-reitora: Joana Célia dos Passos

## **CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

Diretor: Alex Degan  
Vice-Diretor: Michele Morguilhott

## **DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS**

Chefe: Érico Porto Filho  
Sub-Chefe: Nazareno José Campos

## **GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Coordenadora: Danilo Piccoli Neto  
Sub-Coordenador: Orlando Ednei Ferretti

## **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Coordenador: Marcos Aurélio da Silva  
Sub-Coordenador: Edison Ramos Tomazzoli

## **LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS**

Coordenação: José Messias Bastos

## **INSTITUTO IGNACIO RANGEL**

Presidente: José Messias Bastos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CADERNOS GEOGRÁFICOS

UFSC / CFH / GCN / LABEUR / IIR

**Cadernos Geográficos** é uma publicação editada pelo Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina, através do Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LABEUR), em parceria com o Instituto Ignácio Rangel (IIR).

**Patronos:** • André Cholley (1886-1968) • Ignacio Rangel (1914-1994)

**Comissão Editorial:**

- Armen Mamigonian (USP/UFSC)
- Edson de Moraes Machado (UFSC)
- Isa de Oliveira Rocha (UDESC)
- José Messias Bastos (UFSC)
- João Victor Moré Ramos (UDESC)
- Maria G. Espellet de D. Vieira (UDESC)

**Conselho Editorial:**

- Carlos Cassemiro Casaril (Unespar)
- Domingos Savio Corrêa (UFAL)
- Elisa Gomes Prestes (IFSC)
- Fernando de Jesus Soares (IFSC)
- Ivo Raulino (FURB)
- Leonardo Mossiman Estrella (UDESC)
- Mee Joung Lee (HUFSC/ILAS)
- Marta da Silveira Luedemann (UFAL)
- Pedro Eduardo Ribeiro de Toledo (UFU)

**Editores:** José Messias Bastos / Edson de Moraes Machado

**Capa:** Fernando Soares de Jesus

**Revisão Técnica:** Edson de Moraes Machado

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Azambuja, Leonardo Dirceu  
Sobre conceitos e métodos da geografia :  
elaboração e reflexões com finalidade didática /  
Leonardo Dirceu Azambuja. -- Florianópolis, SC :  
Ed. do Autor, 2025. -- (Livros geográficos ; 42)

Bibliografia.  
ISBN 978-65-01-43374-5

1. Didática 2. Epistemologia 3. Geografia -  
Estudo e ensino 4. Prática de ensino I. Título.  
II. Série.

25-267080

CDD-910.7

Índices para catálogo sistemático:

1. Geografia 910.7

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Cadernos Geográficos

ISSN Impresso: 1519-4639 ISSNe (on-line): 2448-265X

## NOTA EDITORIAL

Em consonância com sua política editorial de fomento ao debate acadêmico, o Instituto Ignacio Rangel, em parceria com o Departamento de Geociências (GCN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), lança a quadragésima segunda edição da renomada série Cadernos Geográficos.

Desta vez, a publicação traz uma contribuição do Prof. Dr. Leonardo Dirceu de Azambuja, docente da Universidade Estadual de Maringá (UEM), cuja obra se destina a enriquecer a formação de professores de Geografia e a reflexão crítica de pesquisadores dedicados às ciências geográficas e ao seu ensino.

O trabalho apresentado tem como objetivo central oferecer um recurso didático e pedagógico alinhado às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define o ensino de Geografia como um instrumento para desenvolver o pensamento espacial nos estudantes. Nesse contexto, o autor enfatiza que a disciplina deve ir além da memorização de conteúdos, priorizando a construção de habilidades que permitam aos discentes interpretar criticamente as dinâmicas do mundo contemporâneo. Para tanto, é

essencial estimular o raciocínio geográfico de forma sequencial e integrada, capacitando-os a decifrar as múltiplas escalas e relações que conformam o espaço vivido.

A obra parte do pressuposto de que o espaço geográfico é um sistema complexo, síntese dialética entre elementos naturais, biológicos e humanos. Essa concepção exige um método de análise que articule, de maneira holística, conceitos como paisagem, lugar, região, território e espaço — categorias fundamentais para decodificar as interações entre sociedade e natureza.

O autor ressalta, ainda, a urgência de aprofundar discussões sobre a relação da Geografia com a questão ambiental, destacando seu papel na compreensão de crises ecológicas e na promoção de uma consciência socioespacial crítica.

Em um dos trechos mais instigantes do texto, o Prof. Leonardo problematiza o processo de escolha teórico-metodológica na pesquisa geográfica. Para ele, tais decisões não são neutras: emergem de trajetórias intelectuais marcadas por afinidades, contextos acadêmicos e demandas sociais. Nesse sentido, a universidade atua como mediadora entre as subjetividades dos pesquisadores e os imperativos

coletivos, reforçando a ideia de que a ciência geográfica é, também, um produto de seu tempo e de suas contradições.

Ao final, a obra convida os leitores a refletirem sobre os desafios do ensino da Geografia na atualidade, especialmente em um cenário de transformações aceleradas e de crescentes desigualdades socioespaciais.

A edição reforça o compromisso da série Cadernos Geográficos com a produção de conhecimento acessível e relevante, consolidando-se como referência para educadores e estudiosos que buscam repensar práticas pedagógicas e ampliar o diálogo entre a academia e a sociedade. Com linguagem clara e rigor teórico, esta publicação não apenas cumpre seu papel didático, mas também abre novas frentes de debate, reafirmando a Geografia como ciência indispensável para a construção de futuros mais justos e sustentáveis.

*Comissão Editorial  
Florianópolis, junho de 2025.*

# Sumário

Introdução ..... 1

## Parte I: Sobre Conceitos da Geografia

1. Paisagem ..... 09

2. Lugar ..... 18

3. Região ..... 26

4. Território ..... 37

5. Espaço ..... 45

## Parte II: Sobre Método da Geografia

6. O estudo da natureza pela Geografia ..... 61

7. Geografia, ambiente ou meio ambiente ..... 70

8. Finalizando para a continuidade das reflexões sobre o método 80

Referências ..... 88



---

# Sobre método e conceitos da Geografia: elaboração e reflexões com finalidade didática

\*\*\*

## Introdução

Escrever um texto sobre teoria e método e, com a finalidade de expor entendimentos conceituais da Geografia, é um exercício intelectual desafiador na medida em que a incompletude será inevitável considerando escolhas ou referenciais de quem assume essa autoria. Os fundamentos da Geografia, assim como de outros campos científicos, são amplos e atendem ou podem estar referidos a diversidades de entendimentos teóricos e filosóficos. Sempre poderão ser encontradas lacunas ou mesmo discordâncias, mas a exposição e as possíveis observações e críticas serão inerentes a esse lugar acadêmico científico. Então, desafio aceito.

A ideia ou o propósito aqui posto não contém a pretensão de superar ou contrapor as elaborações já existentes. O novo fica por conta da abordagem ou da forma de exposição. O objetivo e a intencionalidade são didáticos. Ou seja, publicizar parte da síntese elaborada em um projeto de estudo e pesquisa denominado “O ensino

de Geografia na BNCC: Os percursos didáticos das habilidades às competências”, desenvolvido na Universidade Estadual de Maringá-PR, no Departamento de Geografia, entre os anos de 2019 a 2024<sup>1</sup>. Esse citado documento curricular brasileiro oportuniza ou instiga a necessidade da reflexão que aqui expomos na medida em que coloca em pauta a questão do pensamento espacial, do raciocínio ou, da análise geográfica da realidade socioespacial. Nesse sentido, recorrendo a ideia de educação geográfica, explicitada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), esse campo didático objetiva a apropriação de conhecimentos que instrumentalizam as pessoas para a leitura e interpretação do mundo em que vivem. Para isso, indica a necessidade de estimular os alunos a pensarem espacialmente, ou seja, desenvolver o pensamento espacial estimulando na sequência ou concomitante, o raciocínio geográfico. A resolução de problemas é então apresentada como o objeto articulador desse processo educativo escolar.

Diante desse encaminhamento propositivo, a Base apresenta alguns elementos sobre fundamentos teóricos e metodológicos e faz isso ao explicitar sobre o pensamento espacial e o raciocínio geográfico. Porém, esse referencial pode não ser suficiente para fundamentar a “Geografia

---

Escolar”. As reflexões apresentadas indicam passos, etapas ou recursos importantes do processo de conhecimento, mas também evidenciam limitações quanto à abrangência de interpretação da realidade ou totalidade socioespacial. Essa constatação pode significar para a apropriação de um saber descritivo ou de interpretação limitada da ciência e ou do seu ensino.

É preciso ir além e incluir sobre a análise ou sobre o método geográfico, ou seja, sobre os fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia, o que pode incluir os caminhos da escolha ou definição dos problemas ou problemas-temas que serão objeto das práticas didáticas. Segundo Corrêa (1996) a definição de um problema geográfico pode ter como base nas perguntas: O que? Onde? Por quê? E Quando? O problema de pesquisa geográfico é recortado com o olhar espacial da realidade; e o problema a ser também o tema didático precisa ser, na dimensão escolar, um problema da ou para a ciência.

O pensamento espacial está no cotidiano e no senso comum das pessoas e, na atualidade, de forma ainda mais ampliada, considerando o componente tecnológico de comunicação e informação presente no ambiente da vida. Um saber que pode ser o da abrangência do saber geográfico competente, mas empírico ou cotidiano, de leitura e orientação espacial, efetivado pelo motorista ou motoqueiro de aplicativo. Mas a ciência existe para superar ou explicar a realidade para além do senso comum ou da aparência do vivido. Daí que o conjunto pensamento

espacial e raciocínio geográfico passa a ser um processo de interpretação intelectual da realidade e, por isso, precisa ampliar a sua abrangência reflexiva pela apropriação do método, no caso o geográfico.

Consta na BNCC que a aprendizagem da Geografia “... estimula a capacidade de empregar o raciocínio geográfico para pensar e resolver problemas gerados na vida cotidiana” (Brasil, 2018, p. 361). A expressão resolver problemas estimula a ideia de ensinar e aprender para encontrar soluções para problemas práticos instigando uma visão prática ou pragmática para a Geografia Escolar.

Cabe perguntar: quem, como e quando esse problema se define enquanto um problema intelectual, científico para ser o objeto ou o conteúdo curricular? O problema posto é para ser entendido, interpretado numa dimensão de totalidade socioespacial, ser objeto da análise geográfica? Ou, entendido para ser solucionado na perspectiva de ser ajustado à vida cotidiana dos sujeitos na forma já definida no contexto ali existente? Daí a necessidade dessa reflexão sobre os fundamentos e a prática da Geografia Escolar. O presente texto pretende abranger a parte da Geografia ficando a parte didática, também essencial, para outro momento de exposição ou fontes com esta abrangência temática.

É oportuno observar que a função da escola, ou mesmo da ciência, não inclui resolver problemas práticos, e sim trabalhar com problemas científicos. Quer dizer, o

problema (real) prático precisa ser apropriado, problematizado, recortado, elaborado enquanto objeto de estudo e ou de pesquisa para ser de fato conteúdo escolar ou científico. (Azambuja, 2020). A centralidade da escola está em trabalhar com o conhecimento universal, científico, oportunizando a apropriação sócio-histórica desse saber. Os problemas ou temas recortados da realidade podem sim ser meio ou formas de organização didática para essa aprendizagem, mas precisarão ser didaticamente elaborados como problemas de estudo com a necessária interlocução com os conteúdos curriculares.

O raciocínio geográfico precisa efetivar a análise geográfica fundamentada em um método da ciência geográfica. Na BNCC, o raciocínio geográfico é apresentado enquanto um procedimento para “...compreender aspectos fundamentais da realidade: a localização e a distribuição dos fatos e fenômenos da superfície terrestre, o ordenamento territorial, as conexões existentes entre os componentes físico-naturais e as ações antrópicas” (Brasil, 2018, p. 359). Para essa definição ser de fato efetivada, a interpretação da realidade socioespacial necessita ser elaborada e referenciada com os fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia.

Ao situar algumas definições sobre o objeto da Geografia, pode-se perceber as atualizações certamente conectadas às circunstâncias sócio-históricas. Para o geógrafo francês Emanuel de Martone (1873-1955), a Geografia é “... a ciência que estuda a distribuição dos

fenômenos físicos, biológicos e humanos da superfície da Terra, as causas desta distribuição e as relações locais destes fenômenos. (Andrade, 1998, p. 17). Para André Cholley (1886-1968), também geógrafo francês, essa ciência tem por objeto... “conhecer a Terra em seu caráter total, não em termos de categorias individuais de fenômenos - físicos, biológicos e humanas, dispostos em série. [...], mas em termos das combinações produzidas entre eles, porque tais combinações é que criam os diferentes aspectos físicos e humanos que a superfície da terra nos revela.” (Hartshorner, 1978, p. 15).

O próprio Hartshorner (1899-1992), geógrafo estado-unidense, (1978, p. 15), assim define o objeto geográfico: “O estudo da diferenciação de áreas da superfície terrestre, reveladas no seu caráter, na disposição e nas inter-relações, na face do globo, de elementos como o clima, o relevo, o solo, a vegetação, a população, a utilização da terra, as indústrias, os Estados, e o estudo das unidades de áreas formadas pelo complexo desses elementos individuais.”

Em uma definição mais atual, a Geografia aparece como “... a ciência que estuda o espaço geográfico, espaço produzido pelo homem ao intervir no meio natural, adaptando-o à sua exploração, à utilização dos seus recursos, segundo as formas institucionais e as disponibilidades culturais, técnicas e econômicas de que dispõe.” (Andrade, 1998, p. 18)

Entender o espaço geográfico enquanto objeto e ressaltar a necessidade da interação objeto e método, pressupõe a mediação de conceitos e categorias articulados ou orientados por fundamentos teóricos e de método. Essa unidade objeto e método é base para o entendimento da análise geografia, a qual pode ser definida como “... a interpretação da realidade social histórica, referenciando a dimensão socioespacial dessa realidade enquanto produto e processo da dinâmica da natureza e da natureza socializada, humanizada.” (Azambuja, 2018, p. 16).

Estudar, entender, escrever sobre os conceitos e ou dos fundamentos teóricos e metodológicos da ciência, neste caso, da Geografia, coloca a necessidade de escolhas relacionadas com os fundamentos teóricos/filosóficos da fenomenologia, do marxismo ou da teoria geral dos sistemas, identificando vertentes ou correntes de pensamento geográfico. As definições ou entendimentos conceituais terão essas referências nos caminhos metodológicos da Geografia, adjetivada como Cultural, Social / Crítica, Sistêmica ou do Geossistema.

Para as reflexões sobre objeto e método da Geografia, esses fundamentos encaminham diferenças e aproximações. Não é propósito nesse momento ampliar ou elaborar com especificidade e profundidade esses aspectos, o que pode ser buscado com a propriedade adequada em publicações abrangentes dessa finalidade e especificidade. Vale observar que os, assim denominados, conceitos

básicos e que identificam uma linguagem geográfica assumem interpretações diversas nesses diferentes postulados teóricos. Por isso, é necessário estudar, refletir sobre “paisagem, lugar, região, território e espaço geográfico”. Ainda, refletir sobre o estudo da natureza pela Geografia e sobre o ambiente ou a questão ambiental. São essas reflexões que estarão em exposição nos itens que compõem a presente publicação.

Contribuir com esse estudo e reflexão é o objetivo dessa publicação. Como já dito, o objetivo é didático ou de disponibilizar um texto com a finalidade de ser recurso para o ensino e a aprendizagem, em especial para a graduação, Licenciatura em Geografia.

A formação de professores para a Educação Básica precisa contemplar ou incluir esse saber conceitual para o planejamento e a prática de ensino, com a interação necessária da ciência e a didática da ciência<sup>1</sup>.

---

# Conceitos da Geografia

\*\*\*

## 1. Paisagem

A Geografia entende a paisagem enquanto um conjunto ou uma combinação de formas naturais e humanas acumuladas no tempo. Para a interpretação desse conceito com uma visão holística da Geografia (Humana) algumas definições resgatadas da literatura de referência podem ser buscadas.

Sauer (1998) relacionou a paisagem com a ideia de unidade da Geografia, associando os fatos geográficos naturais e culturais. Para o referido autor a paisagem significa,

uma formação da Terra na qual o processo de modelagem não é de modo algum imaginado como simplesmente físico. Ela pode ser, portanto, definida como área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais. Os fatos da Geografia são fatos de um lugar; sua associação origina o conceito de paisagem. Do mesmo modo, os fatos da história são fatos do tempo; sua associação origina o conceito de período. (Sauer, 1998, p. 23)

O entendimento de que a associação dos fatos geográficos se materializam em um lugar formando a paisagem, demonstra a compreensão da singularidade ou individualidade das paisagens. Se todas as paisagens fossem iguais, a Geografia seria desnecessária. Assim sendo, Sauer (1998, p. 24) reforça essa ideia ao afirmar que:

“Toda paisagem tem uma individualidade, bem como uma relação com outras paisagens e isso também é verdadeiro com relação às formas que compõem a paisagem. Nenhum vale é exatamente igual a outro vale; nenhuma cidade uma réplica exata de outra cidade.” (Sauer, 1998, p.24)

Ainda, esse mesmo autor destaca o entendimento da diferença e individualidade ao apontar para a necessidade de identificação e de interpretação do conteúdo presente nas combinações dos elementos geográficos formadores das paisagens, contemplando as condições naturais originais e os processos sócio-históricos.

A Geografia baseia-se, na realidade, na união dos elementos físicos e culturais da paisagem. O conteúdo da paisagem é encontrado, portanto, nas qualidades físicas da área que são importantes para o homem e nas formas do seu uso da área, em fatos de base física e fatos da cultura humana. (Sauer, 1988, p. 29)

Cholley (1964, p. 271) reafirma a ideia de combinação dos elementos geográficos naturais e sociais

para a identificação e para a compreensão das paisagens enquanto expressão ou componente da realidade socioespacial. Mas, para além das combinações, lembra ser necessário incluir sobre a formação ou a evolução das paisagens.

A paisagem não é um fim, é somente um meio. Ela pode orientar o estudo de certas combinações. Mas o essencial é compreender a estrutura da combinação, sua evolução, seu rendimento, isto é, em última análise, o grupo humano e as formas de atividade que assinalam a sua presença. A paisagem em si mesma somente é compreensível quando se chega a traçar a gênese e a evolução das combinações que nela deixaram seus traços com mais ou menos vigor. Além do mais, como descrever e localizar, de algum modos, os elementos de uma paisagem sem revelar esta sua gênese? Não é possível descrever uma paisagem sem ter compreendido a estrutura, a gênese e a evolução das combinações, às quais ela deve seus elementos essenciais.

Traçar a gênese, evolução e a estrutura das combinações significa elaborar a interpretação do movimento e da atualidade das relações que produziram as formas geográficas naturais e culturais. A paisagem é fundamentalmente herança de combinações efetivadas ao longo do tempo e materializadas em um lugar historicamente determinado. Nesse entendimento, é oportuno recorrer novamente a Sauer (1998) quando escreve para se referir a paisagem cultural.

a paisagem cultural é modelada a partir da paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural o meio, a paisagem é o resultado. Sob a influência de determinada cultura, ela própria mudando através do tempo, a paisagem apresenta um desenvolvimento passando por fases e provavelmente atingindo no final o término do seu ciclo de desenvolvimento. Com a introdução de uma cultura diferente, isto é, estranha, estabelece-se um rejuvenescimento da paisagem cultural ou uma nova paisagem se sobrepõe sobre o que sobrou da antiga. A paisagem natural é evidentemente de fundamental importância, pois ela fornece os materiais com os quais a paisagem cultural é formada. A força que modela, entretanto, está na própria cultura. (Sauer, 1998, p. 59)

Para completar a ideia de que a paisagem não é formada por um dos elementos geográficos isoladamente, mas pela articulação, combinação ou conjunto desses elementos, naturais e artificiais, ou culturais, é oportuna a definição elaborada por Bertrand (1972) quando afirma que a paisagem,

não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente, uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. (Bertrand, 1972, p. 22)

Essa é uma definição por demais esclarecedora e didática. Vale fazer uma leitura de alguns destaques do texto. Vejamos então:

- a) ... não é a simples adição de elementos desbaratados - quer dizer que os elementos geográficos isoladamente não formam a paisagem;
- b) ... é uma determinada porção do espaço – uma parte definida, localizada, da realidade e ou superfície terrestre que se expressa por meio de uma paisagem singular;
- c) ... combinação dinâmica, portanto instável – indica relações, movimento e permanente mudança;
- d) ... elementos físicos – é o geológico e o geomorfológico, a estrutura e a superfície da Terra;
- e) ... elementos biológicos – a fauna e, a flora;
- f) ... elementos antrópicos – as marcas deixadas ou produzidas pelo homem/ sociedade;
- g) ... reagindo dialeticamente, uns sobre os outros – a afirmação de que estes elementos agem ou (re)agem entre si e fazem da paisagem um conjunto único e indissociável;
- h) ... em perpétua evolução – sempre em mudança, resultado do movimento, da dinâmica da natureza e da dinâmica da sociedade.

Santos (1988) também elabora a leitura da paisagem assumindo a ideia de articulação dos elementos geográficos e destaca ainda componentes que evidenciam as

diversidades e individualidades aí representadas, apontando ainda para a crescente transformação e presença dos elementos artificiais ou culturais.

A paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade, ou qualquer outro critério. A paisagem é sempre heterogênea. A vida em sociedade supõe uma multiplicidade de funções e quanto maior o número destas, maior a diversidade das formas e de atores. Quanto mais complexa a vida social, tanto mais nos distanciamos de um mundo natural e nos endereçamos a um mundo artificial. (Santos, 1988, p. 65)

Santos (1967) amplia a sua reflexão para demonstrar que as formas atuais também representam a acumulação de tempos pretéritos reafirmando a ideia de gênese, evolução ou herança, já explicitada por pensadores clássicos da Geografia, mas inclui a ideia de função ou de associação forma-função, fazendo da paisagem produto e produtora das relações socioespaciais do tempo presente.

A paisagem existe através das formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. No espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, no momento atual, uma função atual, como respostas às necessidades atuais da sociedade. Tais formas nasceram de diferentes necessidades, emanaram de sociedades sucessivas, mas só as formas mais recentes

correspondem a determinações da sociedade atual.  
(Santos, 1967, p. 84)

A ideia do movimento, da mudança, de passado e presente, de processo, evidencia as diferenças e aproximações entre os conceitos de paisagem e de espaço geográfico. Compreender a relação entre esses conceitos pode produzir o entendimento de que a paisagem é o movimento já acontecido e materializado nas formas geográficas enquanto herança, rugosidades.

“A paisagem é diferente do espaço. A primeira é a materialização de um instante da sociedade. Seria uma comparação ousada, a realidade de homens fixos, parados numa fotografia. O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento.” (Santos, 1988, p. 72)

O raciocínio espacial que faz perceber essa diferença entre paisagem e espaço pode advir de um olhar socioespacial atento e reflexivo. Observar uma paisagem urbana, por exemplo, identificando as edificações, espaços públicos, fachadas de empresas, equipamentos coletivos urbanos, e, também, o trânsito e as pessoas, pode representar o olhar geográfico, porém, limitado às formas. Quando esse olhar, qualificado por ser um olhar da mente e com método, inclui com ainda mais intensidade a interpretação do tempo presente, expressando a forma-função o olhar geográfico, está indo além da paisagem e se apropriando do espaço geográfico. O casamento, então,

acontece evidenciando a interação paisagem e espacialidade, movimento (de formação) e atualidade.

Essa distinção conceitual é de fundamental importância e oportuna para a definição da atualidade do espaço geográfico como conceito e como objeto definidor dessa disciplina científica. Santos (1988) completa esse raciocínio.

O espaço é o resultado da soma e da síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade através da espacialidade. A paisagem tem permanência e a espacialidade é o momento. A paisagem é a coisa, a espacialização é funcional e o espaço é estrutural. A paisagem é relativamente permanente, enquanto a espacialização é mutável, circunstancial, produto de uma mudança estrutural ou funcional. A paisagem precede a história que será escrita sobre ela ou se modifica para acolher uma nova atualidade, uma inovação. A espacialidade é sempre o presente fugindo, enquanto a paisagem é sempre o passado, ainda que recente. (Santos, 1988, p. 73)

Esse raciocínio sobre diferenças e aproximação dos conceitos paisagem e espaço será recorrente ao tratar do próprio conceito de espaço geográfico. Por ora, é oportuno incluir nessa reflexão alguns dos procedimentos que podem contribuir para a efetivação do raciocínio espacial.

Wagner e Mikesell (2000), expõem algumas referências nesse sentido. Apresentam um conjunto de questões que podem ser orientadoras do estudo sobre uma

paisagem. É o caso de perguntas tais como: O que é antigo e o que é recente? O que é típico e o que é excepcional? O que é acidental e o que é intencional? O que é transitório e o que é permanente? O que foi imposto pelo homem e o que foi recebido pela natureza?

Fazer essas perguntas relacionando com a paisagem de um determinado lugar encaminha para uma leitura interpretativa dessa realidade. Se acrescentar a pergunta, “o que aconteceu aqui (?)”, essa leitura geográfica pode ser reveladora de realidades passadas, de momentos da história de um lugar resgatando o processo de formação da referida paisagem.

\*\*\*

## 2. Lugar

Ao explicitar sobre paisagem ficou evidente a questão da singularidade e individualidade, o que remete para a necessidade de refletir sobre a ideia lugar. Esse é um conceito que também é necessário para o desenvolvimento do raciocínio espacial geográfico.

Yi-Fu-Tuan (1982, p. 149) apresenta a seguinte definição: “Uma poltrona perto da lareira é um lugar, mas também o é um estado-nação”. Essa diversidade escalar afirmada pelo autor amplia a ideia primeira de que o lugar é o local, o próximo, a casa, o bairro, a localidade, ou seja, espaços que podemos vivenciar diretamente. Os lugares são também espaços mais amplos com o qual essa relação de mundo vivido não se dá diretamente pelo contato físico, e sim por elementos simbólicos de identidade e pertencimento ou pelas relações políticas, econômicas e sociais.

Massey (2008, p. 104) faz um raciocínio relacionando o aqui e o agora dos acontecimentos (eventos) com a ideia de lugar enquanto um “encontro de trajetórias”. O que a autora quer dizer com isso? Que o lugar é presente e passado, que as formas naturais e as formas sociais se encontram no evento ou no acontecer do

presente. O encontro das trajetórias são também as ações, o momento, a forma e a função, são os conflitos que marcam as relações socioespaciais.

Essa ideia do encontro quer também significar a atualidade ou a dimensão geográfica, das combinações dos elementos naturais e sociais, ou, então, que o lugar pode ser

“a referência que nos possibilita interligar o cotidiano, a vida concreta, com as demandas do mundo global e trabalhado na interface do humano e do natural, compreender o mundo e a sociedade em que vivemos.” (Callai, 2009, p. 187)

Vejam que ao fazer essa ligação do lugar e do evento estamos rompendo com a ideia restrita de lugar e localização apenas. Cavalcanti (2009) chama a atenção para esse aspecto e encaminha um modo de pensar quando sugere ir além e perguntar: “Aonde?” Afirma, então, a autora, manifestando a compreensão geográfica desse conceito:

Nesse sentido, é interessante destacar a questão que se segue a primeira – onde? – que é: ‘porque aí?’. Ou seja, trata-se de entender as razões subjetivas, históricas, sociais, que levaram os processos, os fenômenos a se estruturarem de determinada maneira onde se estruturaram (em um local), contribuindo e configurando os lugares. Entender os fenômenos, fatos e acontecimentos do ponto de vista geográfico é mais que simplesmente localizar ou dar suas ‘coordenadas’

espaciais, é compreender as determinações dessa localização, e suas implicações. (Cavalcanti, 2009, p. 138)

A mesma autora aponta a necessidade de mais outras perguntas: “Como é esse lugar?” Ou: “Como é o cotidiano desse lugar?” “Quem são as pessoas que nele vivem e como vivem?” Reflexão que pode ser continuada com a afirmação de Callai (2000)

A todo momento percebemos a presença do mundo em nossas vidas, no trabalho, na alimentação, no vestuário, na notícia que invade nossa casa e interfere no nosso dia a dia. Nesse contexto de relações, cada lugar reage a seu modo aos impactos da globalização e se configura de forma diferenciada. As relações entre os espaços não são lineares. Ao se subordinarem a esta nova lógica, passam a ter um significado que não decorre de suas características internas apenas, mas das relações que se estabelecem com outros lugares. (Callai, 2000, p. 109)

Incluir essa dimensão de relações internas e externas também contribui para romper com a ideia restrita de local ou de localização apenas. Santos (2008, p. 157) faz referência a globalização para afirmar que “a unidade dos eventos sobre a face da terra pode ser empiricamente constatada”. Os eventos são as ações que acontecem nos lugares fazendo desses lugares espaços do mundo globalizado. A palavra unidade quer significar essa materialidade da vida não mais definida pelo entorno

somente indicando entendimento do local e global. Nesse sentido, acrescenta o referido autor.

Muda o mundo e, ao mesmo tempo, mudam os lugares. Os eventos operam essa ligação entre os lugares e uma história em movimento. O lugar, aliás, define-se como funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente. (Santos, 2008, p. 158)

Daí a compreensão do lugar como o espaço do “acontecer solidário” homólogo / complementar e ou hierárquico, como espaço das horizontalidades e das verticalidades.

O acontecer solidário homólogo/ complementar são as horizontalidades identificadas nas relações internalizadas em um lugar, seja uma região agrícola, ou, uma cidade ou um espaço de relações interurbanas com identidades e contiguidades socioespaciais.

O acontecer solidário hierárquico são as verticalidades, relações entre os lugares, não necessariamente em espaços contínuos, podendo acontecer também por demandas e interesses sediados em outros lugares. No período atual, as verticalidades constituem a materialidade do novo, que vem de fora. As modernizações são impostas aos lugares pelos assim chamados atores hegemônicos, os não-hegemônicos colaboram, participam, mas sem o comando.

A referência ao meio técnico-científico-informacional<sup>2</sup> significando a intensidade desses meios e de relações sociais, econômicas, culturais e políticas constitui expressão das diferenças entre os lugares. “Os lugares, pois, se definem pela sua densidade técnica, pela sua densidade informacional, pela sua densidade comunicacional, cuja fusão os caracteriza e distingue.” (Santo, 2008, p. 160).

Essa densidade informacional, derivada da densidade técnica, materializa a intervenção vertical ignorando o entorno. A modernização da agricultura de uma determinada região, por exemplo, atende a demandas e interesses externos, alheios ao lugar, promovendo, em regra, exclusão social, econômica e cultural. Já a densidade comunicacional acontece na horizontalidade, valoriza o entorno, reconhece a vida, a singularidade e individualidade dos lugares.

“As relações informacionais são verticais; as relações comunicacionais são horizontais. As relações informacionais podem ser ‘indiferentes’ em relação ao meio social ambiente. As relações comunicacionais são uma resultante do meio social ambiente.” (Santos, 2008, p. 161)

Estabelece-se o conflito ou a dialética entre o novo e o velho, o moderno e o antigo, da ordem ou da cultura do

---

<sup>2</sup>Essa definição será detalhada quando a explicitação do conceito de espaço geográfico.

lugar, que resiste aos vetores modernizantes e excludentes representados nas formas de produção e de consumo ditadas por atores, objetos e ações hegemônicas, mas a materialidade ou a existência desse movimento prescinde de lugar.

[...] O lugar é o quadro de referência pragmática do mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (Santos, 1997, p. 258)

Referência pragmática aqui significando o acontecer prático do mundo, ou do mundial tornando-se real; um real que não é determinado na sua totalidade pelo global ou mundial, e sim um real também construído na singularidade dos lugares pela paixão humana, pela criatividade e espontaneidade das pessoas, pela cultura popular enquanto resistência ou existência à uniformidade dos modos de produzir e consumir, ou de viver.

Nessa ideia de resistência e existência podemos entender as diferenças entre os lugares e / ou de como a modernização inclui, mas também exclui, as pessoas de um mesmo lugar. A resistência vem dos de baixo, dos espaços opacos e dos espaços (e do tempo) lentos, da diferenciação entre cultura de massa e cultura popular conforme define Santos (1997, p. 262).

A cultura de massa é indiferente à ecologia social. Ela responde a uniformização e indiferenciação. A cultura popular tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e ali obter a continuidade, através da mudança. Seu quadro e seu limite são as relações profundas que se estabelecem entre o homem e seu meio, mas seu alcance é o mundo.

Quer dizer, a cultura de massa representa o modo de viver integrado aos determinantes da economia e da cultura globalizada numa perspectiva de desmanche da identidade e do pertencimento para com a cultura e o território; um modo de viver ou um modelo de desenvolvimento que não coloca como prioridade a preservação do meio natural e dos bens culturais, ou, como diz o autor, indiferente à ecologia social.

Já a cultura popular, indica a perspectiva de que os lugares e as pessoas podem ser sujeitos do seu desenvolvimento, decidindo como as imposições da modernidade poderão ser reais, no seu lugar, na sua vida. A cultura popular é o espaço da criação, da invenção, da descoberta, é o espaço da história, ou seja, do direito de cada um e do coletivo fazer a sua história na dialética do velho e do novo, de fazer valer também o tempo lento, de construir o futuro a partir das condições delegadas pelo passado, mas, sobretudo, pela dinâmica do presente.

O novo vem de fora, mas não se materializa nos lugares na mesma forma-conteúdo; isso porque os lugares possuem singularidades naturais e sociais. Essa materialidade acontece no conjunto das verticalidades e horizontalidades, na resistência e existência das relações informacionais e comunicacionais entre os sujeitos sociais-históricos que vivem e moram no lugar, da força do lugar, ou dos do lugar. Falar de resistência e existência é dizer da luta social, ou então da luta de classe enquanto expressão das diferenças sócio-histórica atuais e dos projetos para construir o futuro.

Destacar as possibilidades de autonomia do lugar e dos sujeitos significa dizer que o movimento socioespacial de construção do espaço geográfico não está definido previamente. “O lugar é a oportunidade do evento” e por isso pode ser o palco e a recriação da sociedade e da natureza. A Geografia precisa ser protagonista para a interpretação desse movimento.

\*\*\*

### 3. Região

Dividir o espaço, localizar e comparar lugares, situar tempos do passado e do presente, o lugar vivido e os outros lugares, identificar mudanças e ou diferenças nas paisagens são componentes da dimensão espacial da vida. Para identificar essa dimensão da realidade são utilizadas palavras tais como, área, zona, lugar, território, região.

A palavra região está no senso-comum e as pessoas fazem dela um uso cotidiano. “Sou da região da Serra Gaúcha”, “do Norte do Paraná”, “do Sertão”, “da Amazônia”. Mas, para além do senso-comum, região é também um conceito científico da Geografia. A região geográfica definida a partir de referenciais teóricos e metodológicos dessa ciência é, então, o conceito que contribui para recortar e interpretar realidades socioespaciais específicas.

Na Geografia Moderna, na Geografia Clássica, ou na Tradicional, constituíram-se duas definições conceituais: a região natural e a região geográfica. A região natural, nessa interpretação Clássica, busca a uniformidade ou a homogeneidade dos elementos naturais: relevo, formação geológica, flora e fauna e, o clima.

Uma região natural só pode, pois, ser determinada após análise da distribuição dos fatos geográficos e das influências recíprocas que esses fatos exercem entre si numa dada extensão. Ela é determinada assim, por um conjunto de caracteres (nunca um único isoladamente) correlacionados entre si, pois tal correlação é que confere a cada região natural a sua unidade característica. (Guimarães, 1988, p. 19)

Os princípios da extensão e da conexão atribuídos a Geografia Moderna podem ser identificados no texto. Na expressão “*entre si numa dada extensão*”, significando uma dada área da superfície terrestre, o onde, e o até onde; e, para identificar o princípio da conexão podem ser destacadas palavras tais como: “*influências recíprocas*” ou “*conjunto de caracteres*” ou “*correlação*”, e “*unidade*” para significar a necessária inter-relação dos fatos geográficos.

Para exemplificar, foi esse o entendimento ou critério utilizado na elaboração da primeira divisão regional oficial do Brasil em 1941, a qual considerou, por razões práticas, também a divisão administrativa dos estados. Foram então definidas cinco grandes regiões: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste. Esses espaços foram ainda divididos em 30 regiões e 79 sub-regiões, e, finalmente, em 228 zonas fisiográficas.

A região geográfica é representada por uma extensão territorial identificada por um tipo de paisagem no qual a harmonia, o equilíbrio e ou a homogeneidade dos

elementos naturais e sociais possam ser definidores dessa unidade ou identidade regional. “A região geográfica abrange uma paisagem e sua extensão territorial, onde se entrelaçam de modo harmonioso, componente humanos e natureza.” (Corrêa, 2007, p. 28). Aqui, os princípios da extensão e da conexão também podem ser identificados, agora incluindo a natureza e o humano. O conceito de região geográfica representa uma leitura conjunta, conectada desses elementos.

O método regional, desenvolvido ainda no período Clássico, na Escola Francesa e, com algumas diferenças, na Escola Norte-Americana de Geografia, teria então como objeto e método a observação, descrição e comparação das paisagens singulares e únicas de cada região e de todas as regiões.

Ainda para exemplificar, no Brasil, em 1968, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando critérios naturais e humanos, apresenta uma nova divisão macrorregional: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Identificou ainda 361 microrregiões homogêneas, já utilizadas como base de dados para o censo demográfico de 1970. Em 1990, é acrescentada a essas definições regionais a divisão do Brasil em mesorregiões. Esta escala das mesorregiões, combinadas às microrregiões homogêneas, objetiva atender também à organização das informações geográficas e estatísticas e a

ações de planejamento e intervenção do Estado no processo de desenvolvimento.

A renovação do pensamento geográfico redefine os conceitos e ou a forma de sua contribuição nas interpretações socioespaciais. Isso acontece também com o conceito de região. Na vertente teórica e metodológica da Nova Geografia os métodos quantitativos e ou de modelos espaciais são utilizados para elaborar regionalizações com a finalidade de, além de dividir, também de classificar os lugares. Resultam daí algumas definições, tais como as de regiões homogêneas, de região funcionais, e ainda de região programa ou região planos.

As regiões homogêneas podem ser focadas como regiões simples ou complexas na medida em que se definem por uma ou mais variáveis naturais e ou sociais. As regiões assim definidas terão proximidade com a concepção de região geográfica conceituada pela Geografia Clássica.

As regiões funcionais são definidas por meio da quantificação e interpretação do movimento ou do fluxo de pessoas, mercadorias, informações, decisões e ideias, que acontecem entre os lugares ou regiões. Produzem uma hierarquia dos lugares, cidade ou regiões: a rede urbana, regiões centrais e periféricas, por exemplo.

No Brasil, novamente exemplificando, além das regiões homogêneas já citadas, o IBGE, em 1972,

apresenta as regiões funcionais urbanas. Foram hierarquizados na época 10 centros metropolitanos, 66 centros regionais, 172 centros sub-regionais e 470 centros locais, todos ainda com classificações mais específicas. Em 1987 uma nova publicação com o título de “Regiões de Influência das Cidades”, oportunizou uma revisão e uma atualização dessa regionalização.

As regiões de planejamento são definições regionais que objetivam organizar políticas de intervenção ou ação e controle do Estado. É o caso das regiões de atuação de órgãos regionais, tais como Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), ou de outros programas estatais de desenvolvimento regional.

Ainda para registrar essa sequência de regionalizações em 2017/2018 novamente o IBGE atualiza as configurações urbanas e regionais. Assim, com a finalidade de melhor capturar as especificidades territoriais define o que denominou com Regiões Imediatas e Regiões Intermediárias, atualizando as dimensões de homogeneidade e de funcionalidade para os fins de planejamento administrativo e estatístico.

Então, como apresentado até aqui, na Geografia Clássica (ou na elaboração da Geografia Moderna), a região geográfica é definida a partir de critérios de diferenciação e homogeneidade dos elementos naturais e

sociais. E, na Nova Geografia, a busca por uma classificação de tipos de regiões, classe ou área, é elaborada a partir de modelos matemáticos quantitativos e ou modelos de organização territorial. É necessário explicitar ainda sobre a elaboração e uso desse conceito nas demais vertentes teóricas e metodológicas da Geografia na atualidade.

Para desenvolver o raciocínio espacial ou a análise geográfica um dos procedimentos metodológicos necessários é o da definição do recorte socioespacial, ou seja, a definição da escala geográfica de localização e de interpretação dos fenômenos. Essa é então uma questão metodológica para a qual alguns conceitos são referenciados: território, lugar, região. Daí que para pensar sobre o conceito de região na atualidade faz necessário recorrer aos fundamentos do pensamento geográfico da Geografia Humanista / Cultural, da Geografia Física, da Geografia Social (Crítica).

Na Geografia Humanista / Cultural ganha centralidade o conceito de lugar numa perspectiva de estudos localizados (escala geográfica maior) e com temas mais específicos relacionados com as manifestações socioculturais<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Ver mais detalhamento no item sobre o conceito de espaço geográfico.

Na Geografia Física a orientação metodológica se pauta nos referenciais sistêmicos ou do geossistema. Nesse caso o recorte espacial tem referência com a natureza, com um domínio natural. Na Geografia Clássica o conceito de região natural seria essa referência.

Na Geografia Social (Crítica), que interage com os fundamentos conceituais marxistas, é a formação socioespacial, ou seja, a sociedade regional, sub-regional e ou nacional que poderá ser o parâmetro de recorte espacial. A definição da região é parte da definição do objeto de estudo, de qual realidade socioespacial se busca interpretar.

A atualidade das relações globalizadas apresenta necessidades novas de interpretação da realidade. O debate teórico e metodológico das ciências acontece também na Geografia. A análise geográfica precisa atender as demandas e, por isso, desafia para a releituras por meio de conceitos renovados e ou (re)criados, incluindo aí, a região.

É esse, talvez, o desafio maior que os geógrafos e os outros especialistas do território enfrentam em nossos dias. É nessa voragem que o conceito de região vem sofrendo restrições, ataques, remodelações. Para muitos, esse velho conceito já não seria adequado. Quanto a nós, não pensamos que a região haja desaparecido. O que esmaeceu foi a nossa capacidade de reinterpretar e de reconhecer o espaço em suas divisões e recortes atuais, desafiando-nos a exercer

plenamente aquela tarefa permanente dos intelectuais, isto é, a atualização dos conceitos. (Santos, 1994, p. 102)

Um ponto a ser considerado quando o foco é a atualidade do conceito região em todas as vertentes teóricas da Geografia é a ideia de superação como um espaço único e pré-definido quanto a escala geográfica. Nessa perspectiva, conforme Santos (2008) a região podia ser entendida como

um sinônimo de territorialidade absoluta de um grupo, com as suas características de identidades, exclusividades e limites, devidas à presença única desse grupo, sem outra mediação. [...] Acostumaramos a uma ideia de região como um subespaço longamente elaborado, uma construção estável. Mas o que faz a região não é a longevidade do edifício, mas a coerência funcional que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não. O fato de ter vida curta não muda a definição do recorte territorial. (Santos, 2008. p. 156-157)

Se a região era então entendida como *“territorialidade absoluta de um grupo”*, agora essa interpretação já não responde a atualidade socioespacial. A definição de um recorte espacial regional não mais é concebida como *“uma construção estável”*, e sim como um recorte escalar, que pode mudar na medida em que também mudam as dinâmicas materializadas no espaço geográfico. O raciocínio espacial inclui a definição dessa

escala geográfica de análise por meio da interação conceito e realidade.

Para associar essa conceituação com regionalizações elaboradas para a interpretação geográfica do espaço brasileiro, tal como exemplificado nas definições anteriormente apresentadas, podem ser citados duas elaborações, Geiger (1966) e Santos & Silveira (2001), sobre a Geografia do Brasil que produziram divisões regionais, com base nas interações conceituais e a realidade socioespacial.

Geiger (1966) elabora estudo sobre a organização regional da economia a partir do qual divide o Brasil em três regiões geoeconômicas: Centro-Sul, Nordeste e Amazônica, e ainda, identifica outras 15 sub-regiões. O texto e o mapa publicados no Atlas Nacional do Brasil – IBGE / Conselho Nacional de Geografia, apresentam uma visão panorâmica do território, sem a preocupação com a coincidência de limites desses espaços e as fronteiras administrativas estaduais ou das regiões oficialmente definidas. A proposta de regionalização é elaborada como uma interpretação sobre o processo de formação das regiões e do território nacional, considerando os condicionamentos naturais e humanos, em especial os demográficos e econômicos.

Em 2001, Milton Santos e Maria Laura Silveira publicam uma interpretação do Brasil na qual assumem uma atualização do conceito de espaço geográfico

enquanto o território usado. Essa é uma definição que associa com a concepção de periodização do território por meio da qual o meio, antes natural, se transforma em um meio técnico-científico, e em um meio técnico-científico-informacional<sup>4</sup>. A regionalização elaborada é, nesse sentido, também uma periodização do território na medida em que identifica o processo de transformação da natureza em sociedade, ou seja, em formações socioespaciais.

Na publicação, Santos & Silveira (2001) definem a região Centro-Sul como a região concentrada, considerando ser esse o espaço de maior densidade técnica-científica-informacional. O Nordeste como sendo a área de ocupação mais antiga, com meios técnicos de períodos anteriores ainda em processo de renovação. O Centro-Oeste enquanto área de ocupação recente e por meio de atualizadas relações tecnológicas e sociais. E, finalmente, a região Amazônica como área de fronteira demográfica, agrícola e extrativa, também, nesta etapa de ocupação, já por meios modernos materializando em tempo rápido a integração com a região concentrada.

A escala geográfica é um suposto para o método geográfico. Os fenômenos e/ou as combinações espaciais são diferentes porque são apreendidas em diferentes níveis ou escalas de análise. A análise geográfica se produz no tamanho da realidade e não no tamanho da sua

---

<sup>4</sup> Ver mais sobre formação socioespacial no item sobre espaço geográfico.

representação. Por isso, a escala geográfica é uma definição metodológica da Geografia, e, a escala cartográfica, mesmo sendo também metodológica, é explicitada por uma relação matemática entre a medida da realidade e a medida da representação, o mapa. As definições de regiões e ou sub-regiões de um espaço nacional contemplam esses raciocínios escalares.

\*\*\*

## 4. Território

O conceito de território quando associado com a Geografia aproxima significados aos conceitos de lugar e de região, no sentido de fazer referência a uma determinada porção da superfície terrestre e a uma sociedade determinada. Essa associação lembra a questão da escala geográfica e relaciona ainda a definição de espaço vital. Sobre essa qualificação espacial trazida pela Escola Alemã de Geografia, Moraes (1990), citando Ratzel, elabora o conceito.

O espaço vital manifestaria a necessidade territorial de uma sociedade tendo em vista seu equipamento tecnológico, seu efetivo demográfico e seus recursos naturais disponíveis. Seria assim uma relação de equilíbrio entre a população e os recursos, mediada pela capacidade técnica. Seria a porção do planeta necessária para a reprodução de uma dada comunidade. (Moraes, 1990, p.23)

Para uma reflexão que pode estar corroborando o entendimento de espaço vital, tem-se Haesbaert (2006), quando apresenta algumas referências no sentido de compor o conceito de território evidenciando interação da sociedade e natureza. Segundo ele, “a ligação do território com a natureza é explícita e, nessa ligação, o território se

torna, antes de mais nada, uma fonte de recursos, meios materiais de existência” (Haesbaert, 2006, p. 47). Essa é uma referência para as realidades das denominadas sociedades tradicionais nas quais se mantem vínculos entre o homem e o meio natural. Sociedades essas em que o estágio de desenvolvimento tecnológico, ou poderíamos dizer das forças produtivas, ainda marcantes dessa forma de interação ou interdependência.

Ao destacar essa relação entre população e recursos fica evidenciada a ideia de que o território é também o lugar da materialização da prática social situada num tempo e espaço determinados. Nas palavras de Becker (1988)

O território é o espaço da prática. Por um lado, é um produto da prática espacial: inclui a apropriação de um espaço, implica uma noção de limite – um componente de qualquer prática – manifestando a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço. Por outro lado, é também um produto usado, vivido pelos atores, utilizado como meio para sua prática. (Becker, 1988, p. 108)

Já num sentido mais abrangente, o território envolve a relação espaço e poder, a dimensão política, com destaque para a relação território e Estado. Ao projetar as relações de produção e de vida social no espaço, a sociedade transforma o território em seu espaço de poder, e esse espaço é regulado pelo Estado, sendo por meio dele que a sociedade deixa a sua marca política, produzindo,

apropriando e estabelecendo relações de poder com outros Estados e ou outros atores sociais. Então, a ideia de território associa determinada realidade socioespacial, a qual, na atualidade, inclui, além do Estado, empreendedores econômicos, sociedade civil organizada e indivíduos na dinâmica de ordenamento e de gestão territorial.

As questões do controle, do ‘ordenamento’ e da gestão do espaço têm sido sempre centrais nas discussões sobre o território. Como elas não se restringem, em hipótese alguma, à figura do Estado, e hoje, mais do que nunca, precisam incluir o papel gestor das grandes corporações industriais, comerciais, de serviços e financeiras, é imprescindível trabalhar com o território numa interação de múltiplas dimensões sociais. (Haesbaert, 2006, p. 52)

Para os empreendedores econômicos o planejamento/ordenamento e gestão territorial precisam atender às suas necessidades de tamanho ou quantidade e de lugar ou localização/situação com condições de acessibilidade e deslocamentos vantajosos aos seus interesses. Ou seja, as suas demandas de produção, circulação, distribuição e consumo demarcados pela e para acumulação capitalista.

Do ponto de vista da sociedade civil organizada e ou das pessoas individualmente, o território pode ser um campo de lutas e de mobilização social. As reivindicações de terra para plantar, de teto para morar, do acesso aos

bens públicos coletivos e, ou, de se posicionar sobre as condições socioambientais para a instalação de um empreendimento econômico, uma indústria ou uma usina de energia, por exemplo, caracterizam interesses que podem ser situados como socialmente antagônicos.

Associar território e Estado e, sequencialmente, associar território e cidadania, expõe as contradições e ou conflitos socioespaciais. Nesse movimento, aparecem desdobramentos identificados enquanto processos de desterritorialização e de re-territorialização. “As forças econômicas, políticas e culturais que condicionam o território e a territorialidade, geram desterritorialidade e as novas territorialidades. (Saquet, 2007, p. 70).

Para atender a necessidade de apropriação desse movimento socioespacial é possível, mais uma vez, contar com a contribuição de Haesbaert (2006), quando expõe e contrapõe interpretações ou discursos que argumentam a desterritorialização. Aponta versões tais como: o domínio das redes, dos fluxos, da mobilidade; o domínio das relações imateriais, os ciberespaços, a crise dos controles ou do papel regulador do Estado sobre as dinâmicas socioespaciais; a superação dos territórios pelas movimentações das grandes corporações transnacionais alterando fatores locais e validando localizações ou relações reticulares; e, ainda, pela crescente homogeneização e globalização da cultura.

O autor, na sua análise, destaca duas visões comuns e distintas de desterritorialização. Uma primeira a qual define como superior ou do alto, especialmente vinculada às categorias sociais privilegiadas, que usufruem de todas as benesses dos circuitos técnico-informacionais globalizados. E, uma segunda que envolve os de baixo da pirâmide social, ...

... aqueles que não só estão alijados do acesso ao mundo 'imaterial' do ciberespaço, como estão sendo privados de acesso ao território no seu sentido mais elementar, o da 'terra', 'terreno', como base material primeira da reprodução social. (Haesbaert, 2006, p. 61)

Para melhor interpretar essas dinâmicas socioespaciais é oportuna a referência ao que se denomina território-zona, significando a relação zonal de área, limite e ou fronteira. E, território-rede significando a relação reticular de fluxos e polos, de conexões de redes. A leitura, no caso, sugere a interação do que se entende por desterritorialização e reterritorialização enquanto momentos de um mesmo processo de organização espaço-territorial. Na atualidade do meio técnico-científico-informacional essa realidade é ainda mais presente, em um mundo de múltiplas territorialidades. Surge aí outra palavra ou referência, a concepção de multiterritorialidade humana.

O que entendemos por multiterritorialidade é, antes de tudo a forma dominante, contemporânea, ou 'pós-

moderna', da reterritorialização [...] consequência direta da predominância, especialmente no âmbito do chamado capitalismo pós-fordista ou de acumulação flexível, de relações sociais construídas através de território-rede, sobrepostos e descontínuos, e não mais territórios-zona, que marcaram aquilo que podemos denominar modernidade clássica territorial-estatal. O que não quer dizer, em hipótese alguma, que essas formas mais antigas de território não continuem presentes, formando um amálgama complexo com as novas modalidades de organização territorial. (Haesbaert, 2004, p.338)

O entendimento aí expresso quer significar que cada vez se intensificam os fluxos ou circulação ressignificando os lugares ou redefinindo a divisão social e territorial do trabalho enquanto a expressão das especializações ou das diferenciações espaciais, temporais e sociais. Daí a importância e o significado, para a Geografia, do conceito de rede.

A rede, como qualquer outra construção humana, é uma construção social. Indivíduos, grupos, instituições ou firmas desenvolvem estratégias de toda ordem (políticas, sociais, econômicas e territoriais) e se organizam em redes. A rede não constitui o sujeito da ação, mas expressa ou define a escala das ações. (Dias, 2005, p. 22-23)

A rede significa a circulação e ou o movimento socioespacial, a atualidade ou a indissociabilidade dos sistemas de objetos e sistemas de ações. Uma Geografia

das redes implica estabelecer ou interpretar a leitura das relações internas e externas ao lugar ou região, evidenciar as horizontalidades e as verticalidades.

De um lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as horizontalidades. De outro lado, há os pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade. São as verticalidades. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes. (Santos, 1997, p. 225)

Horizontalidades e verticalidades ou, então, território-zona e território-rede teriam os mesmos significados? São realidades complementares e que não existem isoladamente, ou seja, compreendem um todo, um único movimento socioespacial. Daí a definição de “*território usado*” como o conceito que de fato interessa para a Geografia enquanto suporte ou fundamento para a análise geográfica ou raciocínio espacial, superando ou contemplando para além da referência ou da ideia de território associada ao Estado, somente.

É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social. [...] O território são as formas, mas o território usado são os objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. (Santos, 2008, p. 137-138)

É essa atualização conceitual que aproxima significados e remete para a conceituação de espaço geográfico.

\*\*\*

## 5. Espaço

O que é espaço? Por que espaço geográfico? O termo geográfico estaria indicando apenas a dimensão de localização, ou, mais do que isso, seria também a organização espacial? Para Corrêa (2007), espaço geográfico ou organização espacial são expressões das quais podem derivar vários sinônimos, “...estrutura territorial, configuração espacial, formação espacial, arranjo espacial, espaço geográfico, espaço social, espaço socialmente produzido ou simplesmente espaço” (Corrêa, 2007, p. 54). A referência a todas essas expressões indica para o entendimento de que espaço geográfico é um conceito por meio do qual a sociedade pode ser interpretada; é também indicativo da centralidade conceitual para o desenvolvimento do raciocínio espacial/geográfico. Porém, esse entendimento precede a entendimentos outros, também presentes na formação e na atualidade do pensamento geográfico.

Para a Geografia Clássica ou Tradicional, o espaço é entendido como sendo a própria paisagem. O termo espaço vem associado com a ideia de área ou de região, um espaço absoluto. É a “...visão ideográfica da realidade, na qual em uma dada área estabelece-se uma combinação única de fenômenos naturais e sociais” (Corrêa, 1995, p.

19). A área ou a região geográfica, no entendimento dessa Geografia, assume esse significado de um lugar único, onde combinações dos elementos naturais e humanos acontecem de forma singular.

Daí a compreensão da superfície da Terra constituída de áreas, regiões ou lugares diferentes entre si e, portanto, únicas em suas combinações dos elementos geográficos. A Geografia teria então como objeto estudar as *“diferenciações das áreas”*, na definição citada por Hartshorner (1978, p. 14) ao fazer referência a outros pensadores, dentre os quais Alfred Hettner (1859-1941), que escreveu em 1898: “a matéria específica da Geografia, desde os tempos mais remotos até os dias de hoje, consiste no conhecimento das áreas da terra na medida em que diferenciam uma das outras.”

Área, região, paisagem são então conceitos chaves da Geografia assentada no método (vidaliano ou ...) da observação, descrição e comparação das paisagens existentes nos lugares/área/região. “O espaço, em realidade, não se constitui em um conceito-chave da geografia tradicional.” (Corrêa, 1995, p. 17).

Na renovação da ciência geográfica esse conceito assume formas ou significados renovados e diferenciados. Na corrente metodológica denominada como Geografia Teorética ou Quantitativa, ou ainda como Nova Geografia, o espaço geográfico passa a não ser mais o espaço

absoluto, mas compreendido como espaço relativo, entendendo que são as relações espaciais que dão conteúdo para essa dimensão da realidade.

Serão relações identificadas, quantificadas ou medidas a partir de variáveis: custo-dinheiro, tempo-velocidade e tempo-distância X localização X orientação X conexões, junto com a dimensão de movimento, rede e nós. A análise espacial pode, então, ser realizada também por meio de modelos espaciais, tais como, por exemplo, o modelo de Von Thünen – anéis concêntricos de uso das terras agrícolas – ou o modelo da teoria dos lugares centrais de Christaller, utilizado nos estudos sobre hierarquia ou rede urbana. O primeiro foi publicado em 1826, e o segundo em 1933, mas são resgatados durante esse novo paradigma da Geografia que ascendeu na segunda metade século passado.

Nas correntes geográficas identificadas como Geografia Humanista ou Geografia Cultural, o espaço assume a compreensão de espaço vivido. É a paisagem juntamente com a ideia de lugar que figuram como os conceitos mais relevantes dessa perspectiva da Geografia. Daí a busca de identidade com o lugar, os modos de vida e as manifestações culturais, incluídas nas formas e nos movimentos da paisagem serem o foco principal das análises geográficas.

Segundo Gomes (1996), algumas características do pensamento humanista foram assumidas pela Geografia:

- a subjetividade do conhecimento, ou seja, o entendimento de que não há um saber objetivo e sim um saber marcado por valores e significados elaborados a partir da vivência dos sujeitos;

- o saber holístico, abrangendo o ambiente total da natureza e da sociedade;

- a ideia de homem como um ser cultural, incluindo o sentido humano ou de humanidade; e, finalmente,

- a ideia de que o saber se produz considerando o contexto específico de cada fenômeno, portanto na perspectiva da compreensão do significado para as pessoas; fenômeno que se materializa nas formas da paisagem, no lugar, no espaço geográfico.

O conceito de lugar assume uma centralidade na análise, porém, o lugar com o sentido de ambiente, meio, paisagem cultural, espaço. A leitura do espaço vivido (e do tempo vivido) compreende também a representação ou a noção do espaço e do tempo, construída pelas experiências das pessoas. O espaço geográfico terá, nessa linha de pensamento, uma proximidade de significado com os conceitos de paisagem e de lugar.

A contribuição da Geografia Humanista ou Cultural é significativa para o raciocínio espacial no que se refere à

abrangência temática e escalar. Temas relacionados ao local ou ao lugar, podendo ser este o bairro, a rua, a casa do morador da rua ou morador de rua, os territórios da prostituição, do tráfico, dos imigrantes e ou de determinados grupos étnicos, de manifestações culturais, ou temas relacionados com a arquitetura das cidades.

Para a Geografia Crítica ou Radical, o espaço é social. “O espaço é concebido como o LOCUS da reprodução das relações sociais de produção, isto é, da reprodução da sociedade” (Lefebvre, *apud*, Corrêa, 1995, 26).

Santos (1979), integra espaço e sociedade a partir do conceito de formação socioespacial. Concebe a formação como o processo no qual a natureza, pela ação ou então pelo trabalho humano, é transformada ou transmutada; assume dimensão de ser uma segunda natureza. Uma formação social é uma sociedade determinada. Um Estado-Nação é uma sociedade determinada, o Brasil, por exemplo. Uma parte do Brasil, um recorte socioespacial regional também pode ser uma sociedade determinada: podemos nos referir à formação da sociedade nordestina, ou, amazônica, ou do centro sul; mas também podemos identificar sociedades mais específicas: do Sertão ou do Agreste na Região Nordeste; da Campanha Gaúcha ou das áreas Coloniais do sul do Brasil, para citar algumas possibilidades.

Quando estudamos a sociedade o fazemos enquanto uma sociedade determinada, situada num tempo e num espaço. Não há espaço geográfico em geral, assim como não há sociedade em geral. O que existe de fato são países, regiões, localidades. Daí a associação de formação social e espaço significando a concretização nos lugares das diferentes formas sociais ou, poderíamos dizer, dos diferentes modos de produção.

As diferenças entre os lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares [...]. Tomada individualmente, cada forma geográfica é representativa de um modo de produção ou de um dos seus momentos. A história dos modos de produção é também, e sob este aspecto preciso, a história da sucessão das formas criadas a seu serviço. (Santos, 1979, p. 14-15)

Para a Geografia as formas, ou melhor dizendo, as paisagens, representam uma acumulação de tempos, passado e presente, naturais e/ou sociais. Constituem-se da acumulação sucessiva de trabalho morto e trabalho vivo. O trabalho morto compreendido como o que já foi construído pelo homem e faz parte da paisagem: as edificações, as estradas, os portos, as cidades, as máquinas, as tecnologias. São formas espaciais ou socioespaciais já incorporadas na paisagem. Trabalho vivo representa as ações atuais, o trabalho que está acontecendo em determinada sociedade. Essa interpretação pode ser referenciada na definição de espaço geográfico como,

um conjunto indissociável de um sistema de objetos e um sistema de ações. Os sistemas de objetos não funcionam e não tem realidade filosófica, isto é, não nos permitem conhecimentos, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos. (Santos, 1994, p. 90)

Os sistemas de objetos são naturais e ou artificiais. Os objetos naturais são representados nos elementos e nas combinações do meio natural: mares e rios, fauna e flora, rochas e formas de relevo, tempo e clima. Os objetos sociais (artificiais), criados pelo homem no passado e na atualidade, são os fixos ou o trabalho morto, conforme citado.

As ações ou sistemas de ações são os fluxos espaciais, a circulação, mas também o movimento da produção e do consumo, enfim a vida atual, o trabalho vivo. Objetos e ações, forma e função, enquanto sistema ou conjunto indissociável, um todo. O espaço geográfico é então esse todo existente nas combinações ou conexões dos componentes naturais e sociais. Vistos isoladamente, não funcionam e não têm realidade filosófica, ou seja, precisam acontecer como sistema, como vida.

Se, portanto, em cada sociedade determinada temos a acumulação de tempos, passado e presente, materializados na paisagem ou nas formas espaciais, isto significa a sobreposição de diferentes estágios da divisão

social e territorial do trabalho, ou, ainda, de diferentes modos de produção. Essas diferenças aparecem ou tornam-se evidentes nas qualificações do novo e do velho, moderno e arcaico. As formas espaciais podem ser testemunhas de outros momentos, de relações sociais de períodos passados. O novo, o moderno, representará o modo de produção ou modos de produção qualificados naquele momento como subalternos. Por isso, além da forma-função, o raciocínio geográfico precisa incluir também a formação, o processo de mudança e a atualidade socioespacial. Daí que essa definição de espaço geográfico oportuniza elaborar uma periodização.

As periodizações produzem interpretações diferenciadas da formação da sociedade ao longo do tempo. As diferenças, entretanto, não são apenas temporais ou de épocas, mas, também, entre os lugares. Estudar a formação da humanidade inclui a compreensão de como os homens, progressivamente, fazem a ruptura com o estágio natural da vida constituindo-se enquanto sociedades diferenciadas no tempo e no espaço. Para essa compreensão, é necessário incluir essa face geográfica da periodização.

Nesse sentido Milton Santos (1997) propõe uma periodização considerando a território ou o espaço (ou meio) geográfico: num primeiro período identifica o meio natural ou pré-técnico; outro período denomina de meio técnico ou técnico-científico; e o terceiro período, meio

técnico-científico-informacional. Tal periodização supõe a compreensão das transformações nos modos tecnológicos e de organização social no quais acontece a produção, distribuição, apropriação e consumo dos resultados do trabalho humano.

No período em que prevalece o meio natural ou pré-técnico, cada grupo humano vivia o seu lugar e entorno imediato, sem relações significativas com o externo. A caça, a pesca e a coleta eram atividades que marcavam a subsistência e a vivência na natureza. Os territórios da produção e de consumo eram os mesmos, e o grupo social também era o mesmo. “... é o tempo do homem amigo e da natureza amiga.” (Santos, 1994, p.17)

A separação do homem-natureza era ainda irrelevante. “As técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas da natureza, com a qual se relacionavam sem outra mediação.” (Santos, 1997, p. 188). Quer dizer, sem a mediação de instrumentos ou ferramentas de trabalho e sem um processo de trabalho que caracterize algum tipo de divisão técnica e ou social, a não ser aquelas ditadas pela própria natureza: a capacidade de trabalho dos homens, das mulheres. Ou ainda, de uma organização dos tempos e dos espaços intimamente relacionados aos fenômenos naturais: dia e noite, frio ou calor, chuva ou sol, ciclo lunar. E, finalmente, regras de distribuição e consumo da produção que atendesse às necessidades básicas individuais e ou do grupo. “A história do homem sobre a

Terra é a história de uma ruptura progressiva entre o homem e o entorno. (Santos, 1994, p. 17).

O período seguinte é denominado, num primeiro momento, de meio técnico e, após, na vigência da Revolução Industrial, se caracteriza como meio técnico-científico. Esse período é marcado pelo entendimento sobre a suposta superioridade do homem sobre a natureza, sendo isso possível por meio de

instrumentos que já são prolongamento do seu corpo, mas que representam prolongamentos do território, verdadeiras próteses. Utilizando novos materiais e transgredindo a distância, o homem começa a fabricar um tempo novo, no trabalho, no intercâmbio, no lar. Os tempos sociais tendem a se superpor e contrapor aos tempos naturais. (Santos, 1997, p. 189)

Segundo o autor, as próteses no território podem ser estradas, ferrovias, portos, usinas, meios de comunicação, maquinaria, caracterizando uma fase técnica mais atual; o que, num primeiro momento, poderiam ser também instrumentos de tração animal, moinhos de vento, rodas d'água, ferramentas, caracterizando uma primeira fase técnica.

A denominação de meio técnico-científico vem da associação da ciência e da técnica ao meio geográfico. A ciência e a tecnologia assumindo a condição de agentes do processo produtivo. O conhecimento torna-se força produtiva. Agora toda a natureza é passível de ser utilizada.

A circulação entre os lugares em âmbito mundial passa a ser parte da realidade. Prevalece a lógica da concentração da economia e da sociedade, o que impõe mais investimentos em fixos, de modo que os fluxos se tornam ainda mais densos. Esse período marcado pela transformação de valores-de-uso, os quais vão progressivamente assumindo a condição de valores-de-troca, não apenas entre as pessoas ou grupo de um mesmo território, mas, principalmente, ampliando a circulação para outros lugares, ou para todos os lugares, redefinindo as formas e as funções do espaço geográfico.

O meio geográfico não tem mais o predomínio da natureza e sim dos fixos e fluxos comandados pelas relações sociais, pela organização capitalista da sociedade, e sustentados por meios técnicos-científicos que dão forma e conteúdo aos objetos e as ações. “...não é mais a Natureza Amiga, e o homem também não é mais seu amigo.” (Santos, 1994, p. 19).

O período atual recebe as denominações como: sociedade da informação, sociedade do conhecimento, período tecnológico, sociedade pós-industrial, dentre outras. A denominação incentivada por Milton Santos - meio técnico-científico-informacional – dá o sentido geográfico à essa realidade contemporânea. Identifica uma continuidade do período anterior – técnico-científico -, porém, agora, aprofundando e qualificando a relação da ciência e da técnica. “Neste período, os objetos técnicos

tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais. (Santos, 1997, p. 190).

Os objetos contêm a informação e o seu uso também implica a apropriação de conhecimento. Os manuais, as bulas, as fórmulas, os rótulos, as mídias, a legislação sobre o espaço, passam a ser parte dos processos produtivos, de circulação e de consumo.

O território (ou seria agora o território usado) se qualifica, incorpora meios técnicos-científico-informacionais. Um exemplo dessa qualidade territorial pode ser o caso da cobertura dada a uma determinada área, ou a todo o planeta, por radares meteorológicos que possibilitam maior conhecimento sobre a dinâmica climática da natureza, produzindo com mais precisão as informações sobre o clima e o tempo. A divulgação dessas informações sobre o clima e o tempo terá relação com as ações socioeconômicas e culturais em setores como: agricultura, turismo, previsão de catástrofes naturais ou provocadas. Outro exemplo poderia ser o funcionamento eletrônico dos bancos, viabilizando a circulação do dinheiro. O meio geográfico, equipado com infraestruturas de telecomunicações, próteses tecnológicas, que permitem essas relações em tempo real.

O meio ambiente, ou o meio geográfico, passa a tensionar com mais presença o local e o global. Os sistemas de objetos e de ações, sob o comando dos atores

hegemônicos, impõem a sua velocidade e a sua lógica aos processos socioespaciais, produzindo, de um lado, a acumulação da riqueza, e, de outro, a escassez e a miséria. Essa pode ser a face perversa da globalização, tal como definiu Santos (2000) quando chamou atenção para a existência de três tipos de globalização:

O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização (Santos, 2000, p. 18).

Na atualidade predomina a globalização como perversidade, constituída por mecanismos que favorecem a hegemonia capitalista e de seus atores hegemônicos. Constata-se uma unicidade técnica em escala planetária que, aparentemente, atende a toda a população e a todos os lugares, do ponto de vista do consumo; porém, atende com mais prioridade ou privilégio os interesses do capital. Um meio, ou um “*espaço banal*” (Santos, 1997, 2008), expressão para significar o território de todos, e de todas as redes, porém, que não são usadas com a mesma forma, finalidade e intensidade por todos os atores.

São exemplos os cartões de crédito, a padronização dos *shoppings centers* em grandes e médias cidades, as normas sanitárias impostas pelos mercados e organismos internacionais para a produção agrícola e pecuária, plantas industriais localizadas onde são passíveis vantagens

comparativas pela existência de fontes de energia, matérias-primas, mão-de-obra, legislação, tributação ou, então, os encaixes padronizados dos contêineres para viabilizar a circulação em portos, ferrovias e ou estradas no mundo todo.

Essa unicidade do mundo não significa igualdade ou uniformidade; ao contrário, ampliam-se as diferenças entre os lugares e se redefine a divisão territorial do trabalho com a especialização produtiva dos lugares. Os Estados Nacionais constituem-se em espaços nacionais de uma cultura e economia internacional. O mesmo processo capitalista que faz a globalização promove também a fragmentação e a regionalização. A região não se constitui somente pela solidariedade ou identidade dos elementos geográficos localizados, mas, também e principalmente, é resultado da solidariedade das relações organizacionais capitalistas presentes nos processos sociais, culturais e econômicos, tal como explica Elias (2023).

Na definição atual das regiões, estamos longe daquela solidariedade orgânica que era próprio do cerne da definição do fenômeno regional. Temos hoje solidariedades organizacionais. As regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais criadores de coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam o fundamento da existência e da definição desses subespaços (Elias, 2023, p.55).

Nos espaços e regiões periféricas, a modernização vem de fora e é seletiva, ou seja, apresenta efeitos diferenciados para as regiões e para as pessoas e classes sociais. Numa região com maior densidade de meios técnico-científicos-informacionais, há mais fluidez, quer dizer, mais produtividade e velocidade de circulação e de consumo, exigindo mais especialização do trabalho e intensificação de trocas regionais de produtos / mercadorias e de informações. Nesse contexto, podem ser situados os meios tecnológicos que produzem a automação dos processos e ou ainda, tudo o que se coloca no espectro do que se denomina como inteligência artificial (IA).

Fluidez do território é dada paradoxalmente pela existência de fixos, ou de mais fixidez (mais capital fixo/trabalho morto), significando infraestruturas, mas, também, o aparato de conhecimentos científicos e tecnológicos. Um exemplo dessa realidade pode ser o emprego da biotecnologia na produção agropecuária, encurtando o tempo de produção de aves e suínos, ou as plantações transgênicas que também alteram o ciclo natural dos cultivos agrícolas.

A ser assim, as novas relações sobre o território estão nos espaços rurais e nos espaços urbanos, ou entre o rural e o urbano, entre as cidades, as regiões e os países. O conceito de circuito espacial de produção referindo-se às interações técnicas e econômicas que acontecem em um lugar e nos diferentes lugares, e o conceito de círculo de

cooperação, correspondendo aos distintos processos da transformação dos produtos até o consumo final, ajudam na interpretação dessa atualidade, incluindo a compreensão nas novas funções do urbano enquanto o lugar do conhecimento e da assistência técnica, do financiamento, da legislação, da comercialização e do consumo. “O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização.” (Santos, 1997, p. 191). E, também, a dimensão mais atualizada do espaço geográfico, objeto de estudo da Geografia.

\*\*\*

## II

---

# Sobre o método da Geografia

\*\*\*

### 6. O estudo da natureza pela Geografia

Os campos das assim chamadas ciências naturais – Geologia, Geomorfologia, Climatologia, Pedologia, Oceanografia, dentre outras, que se relacionam interdisciplinarmente com a Geografia – apresentam objetos e métodos específicos para o estudo das dinâmicas e ou dos elementos da natureza. Mas, na Geografia, compreendida no campo das ciências humanas e sociais, como incluir a natureza enquanto objeto de estudo? Ou então, como pensar sobre o estudo geográfico da natureza, entender a natureza pela Geografia? O que se entende por Geografia Física contém as respostas para essas questões? Vejamos algumas ponderações que podem ajudar nessa reflexão.

As ciências naturais produzem um conhecimento sobre a dinâmica ou o movimento da natureza, leis ou conceitos universais que levam a interpretação das especificidades da formação e atualidade geológica e geomorfológica, das dinâmicas climáticas e das

representações da fauna e da flora, dos rios, oceanos e mares existentes. Mas a natureza, quando estudada pela Geografia, será aquela que existe em um determinado lugar, representada em uma determinada paisagem natural, sendo que a paisagem natural é a combinação ou a conexão desses elementos naturais materializados em um tempo e lugar.

Na Geografia Clássica essa combinação e conexão estava referida ao conceito de região natural, já abordado neste texto no item sobre região. Mas cabe ainda mais referências explicitadas por alguns pensadores desse período de formação do pensamento geográfico.

A região natural é uma subdivisão mais ou menos precisa e permanente que a investigação e a observação permitem criar numa área geográfica estudada, com o intuito de salientar a importância das diferentes influências fisiográficas, respeitando, o mais possível, o jogo natural das forças em presença e colocando a síntese assim esboçada sob o ponto de vista espacial do fator humano nela representado. (Delgado de Carvalho, apud Andrade, 1977, p. 37)

Esse mesmo entendimento é referendado por Fabio Macedo Soares Guimarães (1906-1979), geógrafo que coordenou os estudos no IBGE para a elaboração da divisão regional do Brasil oficializada em 1941.

Uma região natural só pode, pois, ser determinada após a análise da distribuição dos fatos geográficos e

das influências recíprocas que esses fatos exercem entre si numa dada extensão. Ela é definida assim, por um conjunto de caracteres (nunca por um único isoladamente) correlacionados entre si, pois tal correlação é que confere a cada região natural a sua unidade característica. (Guimarães, 1988. p. 18-19)

Já para citar um autor mais atual, pode-se recorrer ao geógrafo Roberto Lobato Corrêa (1939 - ), com passagem pelo IBGE e universidades brasileiras, o qual também escreve sobre esse conceito.

A região natural é entendida como uma parte da superfície da Terra, dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas, e caracterizadas pela uniformidade resultante da combinação ou integração em área dos elementos da natureza: o clima, a vegetação, o relevo, a geologia e outros adicionais que diferenciam ainda dada uma destas partes. Em outras palavras, uma região natural é um ecossistema onde seus elementos acham-se integrados e são interagentes. (Correia, 2007, p. 23-24)

Nas interpretações sobre a evolução do pensamento geográfico se inscreve o debate sempre inconcluso da existência de uma Geografia Física e uma Geografia Humana. A parte do estudo geográfico da natureza é referida com a denominada Geografia Física, a qual pode ser atribuída a paisagem natural como objeto mais específico delimitador do campo de investigação. Mas, o

espaço geográfico, objeto da Geografia, é mais abrangente, incluindo a paisagem natural e a paisagem humanizada.

Ao entender o espaço geográfico enquanto objeto, vem à reflexão a ideia de combinação e conexidade dos fatos e ou fenômenos naturais e sociais que, necessariamente, acontecem num tempo-espaço, ou seja, não de uma natureza e de uma sociedade em geral, e sim de um movimento e atualidade socioespacial.

A Geografia não se interessa pelo homem econômico ou social universalizado, vivendo num planeta tão liso como uma bola de biliar. Ao contrário, a Geografia sonda a realidade complexa dos padrões localizados, acumulados desde a história pluralista da humanidade, sobre um cenário territorial diverso. As distribuições não são simplesmente determinadas pela disposição de um sistema funcional, como as posições dos rubis de um relógio. São também, e, principalmente, resultado de processos históricos que não se repetem. (Broek, 1976, p. 108)

A Geografia desde sempre buscou elaborar uma interpretação holística, abrangente da sociedade e da natureza, e essa é a atualidade do pensamento geográfico, seja na vertente fundamentada nas concepções da fenomenologia e ou do materialismo histórico e dialético. A renovação metodológica da Geografia (Crítica e ou Cultural) relativizou o estudo geográfico da natureza, acentuando o questionamento sobre a existência ou a necessidade de uma Geografia Física.

Na vertente marxista, assumida pela ciência geográfica, a concepção de primeira e segunda natureza está incluída no seu objeto de estudo, o espaço geográfico. A natureza primeira, pelo processo de trabalho historicamente situado, vai se construir como segunda natureza, humanizada, socializada. Mas, nessa vertente metodológica, e na vertente da Geografia fundamentada na fenomenologia (Geografia Cultural), a dinâmica da natureza não é estudada com a especificidade e ênfase necessária. Os lugares são cada vez menos natureza e mais sociedade, mas o entendimento geográfico específico das combinações naturais continua a ser uma necessidade cognitiva também para a Geografia.

A emergência do que é entendido por questões ou problemas ambientais oportunizou uma certa retomada dos estudos da natureza pela Geografia. Resgatar a dimensão espacial da natureza por esse viés do ambiental tem sido uma evidência desse debate metodológico. Mas isso pode estar demonstrando um entendimento limitado do conceito de natureza e de ambiente, este quando tratado com foco na natureza.

A busca da unidade da Geografia por meio desse enfoque ambiental é um caminho assumido, inclusive enquanto área de conhecimento e ou de pesquisa nas Universidades. Os docentes pesquisadores identificados com os estudos da natureza assumem com mais ênfase e presença essa perspectiva, dita ambiental, fazendo

inclusive um caminho de superação dos limites naturalistas desse conceito. Mendonça (2001) materializa a superação dessa limitação pela proposição de uma Geografia Socioambiental justificando ou argumentando ser,

insuficiente falar de meio ambiente somente do ponto de vista da natureza quando se pensa na problemática interação sociedade-natureza (...). O termo 'sócio' aparece, então, atrelado ao termo 'ambiental' para enfatizar o necessário envolvimento da sociedade enquanto sujeito, elemento, parte fundamental dos processos relativos à problemática ambiental contemporânea. (Mendonça, 2001, p. 117)

A temática ambiental é interdisciplinar e abrangente da sociedade e da natureza. Não é uma área, um campo de estudo específico da Geografia. Não é, também, o caminho ou a definição metodológica para a Geografia estudar a natureza. A interpretação da formação e atualidade das paisagens naturais é parte necessária para a interpretação ou análise geográfica da totalidade socioespacial. É uma necessidade para a produção da ciência geográfica, mas, talvez mais marcante ainda, uma necessidade didática quando a finalidade é colocada na dimensão de conteúdo escolar nos cursos de graduação e, ou, principalmente, nas escolas da Educação Básica.

É oportuno fazer um destaque relacionado com a Educação Básica. Considerando as competências e habilidades que constam na BNCC e, por consequência, os conteúdos dos manuais/ livros didáticos, a natureza é

estudada no 6º Ano do Ensino Fundamental enquanto uma primeira aproximação como conceitos e informações relacionadas com os campos de estudo das ciências naturais. Até a vigência da BNCC, esses estudos da natureza tinham novamente lugar específico no 1º Ano do Ensino Médio. Os manuais/ livros didáticos contemplavam unidades/capítulos com foco na geologia/geomorfologia, na climatologia, no estudo das águas, na vegetação e, ainda, no estudo dos domínios naturais. A partir do texto atual desse documento curricular, esse conteúdo com foco específico na natureza não mais faz parte da Geografia Escolar do nível médio. A Geografia está agora incluída na área das Ciências Humanas e suas Tecnologias.

A atualidade do pensamento geográfico inclui a teoria geral dos sistemas como referência para o entendimento integrado da paisagem. O geossistema, associado aos conceitos de domínio natural e ou interdisciplinarmente aos conceitos biológicos, bioma e ou ecossistema, promove o estudo dos subsistemas abióticos e bióticos; inclui, ainda, o subsistema antrópico, este, porém, com limitações na perspectiva da análise geográfica. O subsistema antrópico enquanto suposto metodológico não atende com a complexidade necessária a interpretação da dimensão ou da totalidade socioespacial. Daí a necessidade de interlocução com as matrizes teóricas e de método das vertentes que demandam o que são abrangidas pela Geografia com a denominação de Humana.

Se no período da Geografia Clássica o conceito balizador do estudo das paisagens naturais foi a região natural, agora o conceito de domínio natural assume essa forma metodológica. Um domínio natural é formado pelas combinações de elementos geográficos naturais em diferentes escalas geográficas e identifica uma determinada paisagem natural. Um foco da Geografia Física pode então ser identificado no estudo da natureza localizada ou recortada espacialmente enquanto um domínio natural ou parte dele.

Ainda mantendo os fundamentos da análise sistêmica, a natureza é também estudada pela Geografia por meio de definições mais específicas e associadas aos campos das ciências naturais. Fala-se em especificidades da Geografia para o estudo do relevo aproximando da Geomorfologia, em climatologia geográfica em uma interlocução com a Climatologia, ou em Biogeografia, no estudo dos seres vivos geograficamente situados. Pode-se inferir nessas perspectivas que a Geografia Física, compreendida como objeto e método para o estudo da paisagem natural e ou nas especificidades aqui apontadas, é uma parte que integra a ciência geográfica, não a abrangência integral dessa disciplina científica. A Geografia, como já visto, se define pelo estudo da totalidade do espaço geográfico. No item seguinte, mesmo ciente de ser didaticamente repetitivo em alguns aspectos, o propósito é o de ampliar a reflexão sobre a temática ambiental e a Geografia.

\*\*\*

## 7. Geografia e ambiente ou meio ambiente

As especificidades epistemológicas da Geografia Física e da Geografia Humana, validada pela academia no processo de formação do pensamento geográfico, pauta a questão da unidade de objeto e método desse campo de conhecimento. Nesse embate, a Geografia tende a ser incluída no campo das ciências humanas e sociais; o que coloca em pendência até mesmo a existência da Geografia Física e ou como incluir a especificidade da natureza nos estudos geográficos.

O processo recente relacionado com os fundamentos marxistas e ou fenomenológico identificados nas denominações de Geografia Crítica/Social, Geografia Cultural/ Humanista, relativizou, como já afirmado no item anterior, o foco geográfico do estudo da natureza. Neste mesmo contexto, o meio ambiente passa a ter uma centralidade motivado, de um lado, pela projeção de esgotamento e ou destruição dos bens/recursos naturais e, de outro, pelo conhecimento cada vez mais abrangente da natureza e da sociedade em escala também mundial, contribuindo para ampliar as preocupações ditas ambientais evidenciadas nas últimas décadas em eventos/conferências globais sobre a temática.

Atenta para esse movimento e entendimento da relação ambiente e natureza/sociedade, a Geografia se faz presente. Pesquisadores que se assumem e ou ocupam o lugar de geógrafos físicos, pode-se dizer, buscam manter e ou recuperar a temática da natureza e ou a presença da Geografia Física enquanto campo de conhecimento. Esse resgate está apoiado ou referenciado na análise sistêmica do geossistema enquanto referencial metodológico para o estudo da paisagem natural, identificada nos subsistemas biótico e abiótico e ampliado por meio do subsistema antrópico, também para o estudo das paisagens antropizadas. Assim, os estudos da natureza pela Geografia são incluídos ou integrados com temáticas identificadas como ambientais ou socioambientais.

Na academia, esse entendimento é cotidianamente materializado nas atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas, por exemplo, nos Programas de Pós-Graduação em Geografia. Os docentes geógrafos e ou especialistas das demais áreas das ciências naturais atuam nas áreas e ou linhas incluídas nos referidos Programas adjetivadas como ambientais e ou socioambientais. Já nas áreas/linhas afinadas com os geógrafos e ou áreas afins das ciências humanas, essa terminologia não se faz presente ao menos na condição de centralidade conceitual. A pergunta que se impõe é, o porquê isso acontece? Ou ainda, como construir a superação dessa limitação epistemológica?

Com a finalidade de ampliar essa reflexão, pode ser oportuno refletir sobre o entendimento de ambiente e ou de meio ambiente e sobre como a Geografia está presente de forma interdisciplinar nessa temática. Mas, é necessário compreender o significado dessas interações disciplinares. Conforme Santos (1978),

Quando se fala em multidisciplinaridade se está dizendo que o estudo de um fenômeno supõe uma colaboração multilateral de diversas disciplinas, mas isso não é por si mesmo uma garantia de integração entre elas, o que somente seria atingível através da interdisciplinaridade, isto é, por meio de uma imbricação entre disciplinas diversas ao redor de um mesmo objeto de estudo. (Santos, 1978, p. 104)

As questões ambientais não constituem objeto específico da Geografia, assim como não são os objetos das outras áreas científicas. Suertegaray (2004, p. 192), expressa esse entendimento afirmando que o ambiental “é uma problemática transversal e nenhuma ciência teria plena capacidade de desvendar esta questão isoladamente.” É essa incompletude das interpretações disciplinares sobre o tema ambiental que faz a necessidade da contribuição transversal e multidisciplinar para a compreensão desse enfoque de análise da realidade. Para a Geografia, o ambiental está no espaço geográfico, está incluído nos objetos e nas ações naturais e sociais.

Santos (2005, p. 141), ao propor uma reflexão sobre a questão ambiental, situa para “Uma indispensável premissa de base é que não existe meio-ambiente diferente de meio”. O meio é o lugar onde a vida acontece enquanto relações internas e externas ali materializadas. Também nesse mesmo entendimento conceitual, o meio é natural ou pré-técnico, técnico-científico ou técnico-científico-informacional, situando a periodização proposta (Santos, 1997).

O meio é uma realidade socioespacial situada em um tempo e espaço, um espaço geográfico contemplando o movimento e a atualidade do território usado. Essa periodização sinaliza para um meio cada vez mais socializado pela presença de objetos técnicos e pelas relações sociais que os animam.

Isso pode ser dito de maneira mais direta: nenhuma técnica é, apenas, materialidade: a técnica é também social. E, sobretudo, nos dias de hoje, neste período técnico-científico da história, nada é puramente social, mas, também, é igualmente técnico. Enfim, tudo é um híbrido, misto.” (Santos, 2005, p. 143)

O meio será então cada vez mais uma segunda natureza no qual se incluem, com diferenciações socioespaciais e temporais, sistemas técnicos cada vez mais qualificados como técnicos-científicos e informacionais. Mas serão as motivações de uso desse meio agora humanizado que fará a historicidade dessas relações no

lugar e de forma crescente com os outros lugares. Ainda, nessas motivações de uso estarão presentes as possíveis intervenções ou mudanças no meio natural e ou social de cada lugar, as quais, na atualidade das relações globalizadas, podem ter graus significativos de indiferenças e ou compromissos com os do lugar e com a natureza aí existente.

No período pré-técnico, o homem vivia o seu entorno e em harmonia com relação aos movimentos da natureza e da vida em sociedade. Os objetos técnicos ainda tinham existência amalgamada aos objetos naturais, mesmo que as motivações de uso já crescentes e apontando para diferenciações e relações também entre os lugares.

No período técnico ou técnico-científico, os tempos naturais começam a ser superados pelos tempos sociais, o meio progressivamente não é mais predominantemente natureza, isso, pela incorporação cada vez mais intensa de sistemas técnicos e ou sistemas de engenharias diferenciando lugares e os homens que vivem nos lugares. “Assim, as motivações de uso dos sistemas técnicos são crescentemente estranhas às lógicas locais e, mesmo, nacionais.” (Santos, 2005, p. 145). Mesmo que ainda sem a intensidade do período atual, acentua-se a divisão territorial e social do trabalho e com isso as relações externas ao lugar são cada vez mais presentes e indiferentes, ou sem um compromisso ambiental com a natureza e com os do lugar.

No período atual, os objetos são técnico-científicos, mas também informacionais. As relações e as diferenciações entre os lugares e entre os dos lugares tornam-se ainda mais presentes e subordinados às lógicas globais. “Agora, torna-se mais nítida a associação entre os objetos modernos e atores hegemônicos. Na realidade, ambos são responsáveis principais pelo processo de globalização.” (Santos, 2005, p. 147). Aqui o meio ou o lugar é ainda mais comandado por relações verticalizadas e motivadas por uma mais-valia global com as motivações das empresas e capitais multinacionais. Nesse período, o meio ambiente local ou do lugar é condicionado por essas relações e o que é diagnosticado como crise ambiental precisa, então, ser compreendida com essas dimensões (multi) escalares, em redes. Ou seja, a crise ambiental é também, ou, principalmente, uma crise da sociedade.

Nesse processo de formação socioespacial, cada vez mais, a incorporação de sistemas tecnológicos/de engenharia (edificações, vias e meios de circulação, maquinarias etc.), o meio, antes natural, passa a presenciar, cada vez mais, formas de apropriação e domínio das riquezas naturais. Quando o conhecimento e o esgotamento dessas riquezas naturais e ou outros problemas de poluição e degradação socioambiental ganham intensidade, os modelos de desenvolvimento começam a ser também questionados e adjetivados com novas formas discursivas, conforme indicação de Rodrigues (2009).

O aumento do conhecimento sobre as riquezas naturais, transformadas em mercadorias – recursos naturais, o saber internacional sobre a dilapidação das riquezas naturais, sem colocar em xeque o modo de produção, passam a ser explicados por novas matrizes discursivas. Quando os problemas atingem a esfera mundial, é forjada uma nova forma de continuar com o ‘desenvolvimento’, adicionando-lhe o adjetivo sustentável. (Rodrigues, 2009, p. 188).

A ideia de sustentabilidade compreende um objetivo a ser alcançado por correções/ações por dentro do próprio modelo, ou seja, desvios a serem superados por meio de planejamentos e acordos forjados em tratados nacionais e/ou internacionais. Uma busca a ser assumida por todos, na medida em que os problemas ambientais e as riquezas naturais são bens da humanidade, porém, oculta-se a apropriação privada dessas riquezas pelo capital.

“As riquezas naturais, o ambiente, o meio ambiente, passam a ser considerados como ‘bem comum’ da humanidade e as dilapidações, o esgotamento de riquezas, são, conforme é dito, causados igualmente por todos.” (Rodrigues, 2009, P. 192)

Generalidade ou responsabilidade de todos também apontada por Gonçalves (1989, p. 75), ao destacar limitações de um determinado pensamento ecológico geral de que “o homem está destruindo a natureza”. E acrescenta, “... não são os homens enquanto categoria

genérica que estão destruindo a natureza, mas sim o homem sob determinadas formas de organização social, no seio de uma cultura” (*Ibidem*).

Na definição de desenvolvimento sustentável (Relatório Brundtland), está marcada a ideia de que a sociedade e seus processos produtivos e de consumo devem garantir a satisfação das necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras.

O desenvolvimento sustentável seria um processo de mudança onde a exploração de recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento ecológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades das gerações atuais e futuras. (Becker, 1995, p. 53)

Left (2006) destaca uma distinção entre o que chama de desenvolvimento sustentável/sustentado.

O discurso do desenvolvimento sustentado/sustentável é um campo de estratégias de poder e de disputa dos sentidos diferenciados que adotam o conceito e as políticas de sustentabilidade. [...] farei uma diferenciação básica entre desenvolvimento sustentado para referir-me ao discurso e às políticas que inscrevem a sustentabilidade dentro da racionalidade econômica dominante, nas perspectivas da economia ambiental e das políticas neoliberais; e designarei como desenvolvimento sustentável as teorias, políticas e ações que colocam a sustentabilidade dentro de

condições ecológicas e culturais de um processo de reconstrução social que se distingue do cerco da racionalidade econômica e que se orienta para a construção de uma racionalidade ambiental. (Left, 2006, p. 165)

Nessa diferenciação, tem-se, de um lado, o modelo de desenvolvimento (sustentado) estabelecido, mas que, diante da não sintonia com ambiente, ou de evidências de problemas socioambientais, busca construir mecanismos de mercado, normas legais, tributações e ações, incluindo a educação ambiental, para manter o modelo sem rupturas, ou seja, a sustentabilidade do capital. De outro lado, a busca de um modelo de desenvolvimento compreendido pelo enfrentamento da racionalidade econômica dominante pela proposição de bases de uma racionalidade ambiental como elemento de sustentação da vida que acontece no lugar.

Essa historicidade é reafirmada na reflexão de Souza (2009), ou até mesmo no questionamento, quase uma denúncia, quando faz referência à definição de desenvolvimento assumida nessa dimensão conceitual.

A sustentabilidade é uma metáfora poderosa e que acoberta o tema do qual precisamos tratar, falar, discutir: o da desigualdade. O mundo, finalmente, modalizou-se e, cada vez mais, tende a ser unitário do ponto de vista técnico, mas fragmentado e **insustentável** (segregado) do ponto de vista socioespacial, sociopolítico. Os processos sociais é que

levam a isso e definem os projetos de *exploração da natureza*. (Souza, 2009, p. 113)

O desenvolvimento quando, onde e porque acontece é, também e principalmente, a materialidade das desigualdades socioespaciais. A palavra desenvolvimento inclui as mudanças na natureza e na sociedade, situadas historicamente em um tempo, lugar, território, espaço geográfico.

A premissa da historicidade das questões ambientais, ou seja, de que o ambiente é meio/lugar, tempo-espaço-sociedade onde as relações acontecem, é a referência para o olhar ou a análise geográfica dessa realidade. Nesse sentido, o objeto e método da Geografia contém o ambiente, natural e social, sem a necessidade de adjetivação.

\*\*\*

## 8. Finalizando para a continuidade das reflexões sobre o método

A Geografia dos Professores, assim denominada por Lacoste (1988), acumulando a ideia de um saber descritivo e mnemônico dos elementos geográficos naturais e humanos, é um saber cujos fundamentos remontam à Geografia Clássica, em especial no possibilismo e gênero de vida, da Escola Francesa, e no determinismo e espaço vital, da Escola Alemã, bem como em seus desdobramentos da Escola Norte-Americana de Geografia. Essa é a herança a ser superada pelo entendimento de outra(s) Geografia(s) e ou outras possibilidades do olhar, ou da interpretação geográfica da realidade.

O entendimento de que à ciência geográfica cabe interpretar a complexidade social e histórica na sua dimensão socioespacial, enquanto processo e produto da dinâmica da natureza, e ou da natureza socializada, é também a indicação dos limites informativos e formativos desse saber Clássico e, conseqüentemente, da necessidade de superação do método da observação, descrição e interpretação descritiva dos lugares, referenciado ao paradigma homem X meio. Superação não significa a negação da herança, mas sim produzir a compreensão de que a análise geográfica precisa ir além da observação e da

descrição, produzindo também a interpretação dos lugares, enquanto espaço-tempo da totalidade social.

O saber científico existe para explicar a natureza e a sociedade para além do senso comum, ou seja, para produzir com método, fundado em conceitos, o entendimento do movimento e da atualidade ali representados. A ciência é também um produto da sociedade, de cada contexto social e histórico. Visto que a ideia de herança e renovação teórica e metodológica atende às exigências e necessidades explicativas de cada realidade situada historicamente.

A atualidade é cada vez mais preenchida de ciência, técnica e informação. A densidade desses atributos, entretanto, não se apresenta uniforme nos tempos e lugares, e nem mesmo para as pessoas. A Geografia estuda as diferenciações ou a complexidade socioespacial, e, para isso, é permanentemente desafiada a refletir sobre o método, atualizando, ressignificando e religando os conceitos. O método significa a compreensão conjunta dos conceitos com a finalidade de definir um caminho de elaboração com as necessárias conexões para o raciocínio integrado, objetivando a produção da análise geográfica.

Na introdução dessa publicação destacamos o entendimento dos conceitos e suas conexões que identificam e correspondem aos fundamentos teóricos/filosóficos e metodológicos da ciência. Na Geografia, podem ser referidos os fundamentos

teóricos/filosóficos da fenomenologia, da teoria geral dos sistemas e, do marxismo, identificando vertentes ou correntes de pensamento geográfico.

A vertente fenomenológica se materializa na Geografia adjetivada como Humanista ou Cultural, a qual tem os conceitos de lugar, paisagem e espaço vivido como centralidade da análise. A leitura do espaço vivido (e do tempo vivido) compreende também a representação espacial e o desenvolvimento das noções de espaço e tempo, que acompanham a evolução ou a construção do desenvolvimento intelectual das pessoas.

A contribuição dessa interpretação geográfica é significativa no que se refere a determinadas abrangências escalar e temáticas. Temas relacionados ao lugar, que pode ser o bairro, a rua, a casa do morador ou a pessoa em situação de rua, espaços específicos de vivências sociais, culturais ou étnicas, manifestações presentes nas paisagens urbanas. São muitas situações temáticas e escalares que destacam a contribuição dessa perspectiva de interpretação geográfica e sobre as quais outras perspectivas metodológicas da Geografia não priorizam análises.

O estudo da natureza pela Geografia está relacionado com o entendimento da Geografia Física, se considerado o processo de formação do pensamento geográfico. A referência ao conceito clássico de região natural e, na atualidade teórica e metodológica, ao

conceito de domínio natural ou do geossistema são definidores desse foco de estudo. A teoria geral dos sistemas fundamenta o conceito de geossistema, que é entendido como paradigma metodológico de análise da paisagem natural. O geossistema é a unidade geográfica de análise, definida com base na combinação de elementos geográficos prioritariamente naturais.

A teoria geral dos sistemas, ou a análise sistêmica, está também relacionada com a vertente da Geografia Quantitativa ou com os métodos e técnicas quantitativos de análise espacial. No Brasil, os estudos com essa perspectiva metodológica tiveram presença significativa em certo período no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas tal metodologia não teve continuidade expressiva na Geografia brasileira. (Lamego, 2014). Nessa vertente da Geografia, o espaço relativo, ou seja, relacional, assume uma centralidade

“... entendido a partir de relações entre objetos, relações estas que implicam custos – dinheiro, tempo, energia – para se vencer a fricção imposta pela distância. É no espaço relativo que se obtêm rendas diferenciais (de localização) e que desempenham papel fundamental na determinação do uso da terra.”  
(Corrêa, 1995, p.21-22)

A análise geográfica é, então, realizada por meio de técnicas quantitativas e do uso de modelos locacionais.

A Geografia fundamentada no marxismo, adjetivada como Crítica, Social e ou podendo ser também entendida como sócio-histórica, propõe uma análise que contemple a dimensão de totalidade socioespacial. Daí a necessidade de interação aos supostos do método que considera o real concreto como ponto de partida e de chegada enquanto realidade interpretada, abstraída, pensada.

Nenhum enfoque que deixe de lado a noção de totalidade permitirá uma correta noção de realidade. Por isso sugerimos uma melhor utilização do conceito de formação econômica e social nos estudos geográficos e, mesmo, propusemos a introdução, na literatura correspondente, da categoria de formação socioespacial. (Santos, 1982, p. 135)

A formação socioespacial (Santos, 1979) trabalha o enfoque sócio-histórico dos temas geográficos, considerando a escala nacional e ou as manifestações regionais e sub-regionais do território. Mais do que um conceito a ser visto isoladamente, deve ser entendido como fundamento da teoria e do método geográfico, uma referência para a análise geográfica, um meta-conceito, um paradigma (Corrêa, 1995, Mamigonian, 1999), na medida em que fundamenta, orienta, articula a interpretação conjunta dos demais conceitos geográficos. Formação inclui a dimensão histórica do espaço geográfico; socioespacial associa a dimensão de sociedade; e a qualificação espacial completa a ideia do todo sociedade-natureza materializado em um tempo e espaço

historicamente determinados, não uma sociedade em geral.

Uma formação social ou, melhor, uma formação socioespacial, é uma sociedade determinada. Um Estado-Nação, ou uma fração regional ou sub-regional recortados dessa escala nacional, podem ser sociedades determinadas. A Geografia produz a interpretação da sociedade por meio da dimensão espacial ou do espaço geográfico, enquanto uma dimensão particular, localizada, da sociedade. O objeto da Geografia não é um espaço geográfico em geral, mas, sim, espaços geográficos determinados, localizados no tempo e no espaço, com definição escalar, podendo ser um país, uma região, uma sub-região, um espaço local.

Santos (1985) define como categorias do método geográfico a interpretação conjunta da estrutura, do processo, da forma e da função. Ainda, o entendimento do espaço geográfico enquanto “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (Santos, 1994, p. 90) completa os fundamentos para a análise geográfica.

As formas ou as paisagens representam acumulação de tempos passados, naturais e ou sociais, os sistemas de objetos, o trabalho morto. A atualidade socioespacial inclui forma e função, trabalho morto e trabalho vivo, ou o conjunto indissociável dos sistemas de objetos e sistema de ações. Interpretar o conjunto inclui a análise da estrutura e

do processo (formação), efetivando a leitura do movimento e da atualidade socioespacial. Interpretar a formação significa compreender a sobreposição de diferentes estágios da divisão territorial do trabalho ou, ainda, de modos de produção hegemônicos e subalternos presentes no lugar.

As referências aqui apontadas para a interpretação geográfica da totalidade socioespacial e daí referenciada ao paradigma da formação socioespacial, precisa ser entendida como algumas provocações ou reflexões para situar o tema. O propósito em trabalhar os conceitos geográficos - paisagem, lugar, região, território, natureza e ambiente - já atende ao objetivo a intencionalidade didática desta publicação. Porém, ampliar, aprofundar, a reflexão sobre formação socioespacial é uma exigência ainda a ser efetivada. O possível no momento é a indicação de contribuições pertinentes para se avançar nessa perspectiva, algumas referências, dentre outras: Santos, 1979; Mamigonian, 1999; Vieira, Bastos, Ramos (Orgs.), 2021; Bastos, 2022.

Ter o entendimento de que as vertentes fenomenológica e sistêmica apresentam contribuições específicas e necessárias, considerando-se diferentes escalas e temas dos objetos geográficos, é uma referência a ser considerada até mesmo para o exercício de contrapontos analíticos e interações acadêmicas. O importante e ou necessário é ter o entendimento e a prática de um método a ser assumido para a elaboração de análise

geográfica. Pensar sobre o método da ciência geográfica exige a efetivação de escolhas teóricas e metodológicas, as quais acontecem pelas necessidades e afinidades presentes na trajetória intelectual, individual e ou coletiva dos sujeitos, mediadas pelo ambiente acadêmico da Universidade e em um sentido mais amplo, da sociedade.

A escolha identificada com as concepções marxistas da análise sócio-histórica como referência primeira, é um caminho sobre o qual podem ainda ser buscados pensadores da Geografia com essa perspectiva. A opção pelo método sistematizado na perspectiva *miltoniana* da formação socioespacial enquanto um meta-conceito/paradigma e, do espaço geográfico, enquanto conceito definidor da operacionalidade da análise geográfica, é uma das possibilidades didáticas a ser assumida com a justificativa de aí se encontrar a necessária articulação conceitual. Para isso, é pertinente se apropriar de percursos para ler e estudar esse pensador. Daí algumas indicações: Elias, 2003a; Souza, 2021; Azambuja, 2024.

Mas porque Milton Santos? A resposta para essa pergunta é simples e direta. Porque, no conjunto das suas elaborações conceituais, é possível encontrar ou identificar as conexões ou o método para a análise geográfica da totalidade socioespacial. Assim, a indicação de finalizar para continuar é também um convite ou a sugestão para a continuidade do estudo referenciado prioritariamente à esse pensador brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de. **Geografia Econômica**. 12<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, 1998. 326 p.

ANDRADE, M. C. de. A região como unidade dinâmica. Posição dos geógrafos e dos economistas ante o problema regional. IN: **Espaço, polarização e desenvolvimento**. 4. ed. Recife: Editorial Grijaldo, 1977. p. 33-47.

AZAMBUJA, L. D. de. **A Geografia do Brasil na Educação Básica: Uma didática para o ensino da formação socioespacial brasileira**. Curitiba: CRV, 2018. 131 p.

AZAMBUJA, L. D. O problema-tema e a situação geográfica propostos na BNCC e o ensino-aprendizagem da Geografia. **Signos Geográficos**, Goiânia-GO, V.2, p. 2-21. Janeiro, 2020.

AZAMBUJA, L. D. de. Sequência Didática: aulas para estudar o método “miltoniano” de análise geográfica. **Geografia (Londrina)**. Londrina-PR, V. 33, p. 229-248, julho, 2024.

BASTOS, J. M.; COELHO, J. V. S.; Formação socioespacial: a antítese do circulacionismo e do pós-modernismo. **PerCursos**, Florianópolis, v. 23, n.51, p. 32 - 51, jan./abr. 2022.

BECKER, B. K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável, IN: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 271-307.

BECKER, B. k. A Geografia e o resgate da Geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, ano 50, número especial, tomo 2, 1988. p. 99-125

BERTRAND, G. Paisagem e Geografia física global: esboço metodológico. **Caderno de ciências da terra**. São Paulo: USP; Instituto de Geografia. p. 1-27. 1972.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Versão Final.** Brasília: MEC, 2018.

BROEK, J. O. M. **Iniciação ao estudo da Geografia.** 3ª ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 155 p.

CALLAI, H. C. Estudar o lugar para compreender o mundo, IN: CASTROGIOVANI, A. C. (Org.). **Ensino de Geografia: práticas e contextualizações do cotidiano.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2000. p. 83-134.

CALLAI, H. C. O lugar e o ensino-aprendizagem de Geografia IN: PEREIRA, M. G. (Ed.). **La Espesura del lugar: reflexiones sobre el espacio en el mundo educativo.** 1ª ed. Santiago do Chile: Universidad Academia de Humanismo Cristiano, 2009. p. 171-190.

CAVALCANTI, L. A educação geográfica e a formação de conceitos: a importância do lugar no ensino de Geografia. IN: PEREIRA, Marcelo Garrida (Ed.). **La Espesura del lugar: reflexiones sobre el espacio en el mundo educativo.** 1. ed. Santiago do Chile: Universidad Academia de Humanismo Cristiano, 2009. p. 135-151

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia, IN.: CASTRO, E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995, p. 15-47.

CORRÊA, R. L. Elaboração de projeto de pesquisa um guia prático para os geógrafos. **Geosul.** Revista do Departamento de Geociências. Florianópolis: UFSC, v. 11, n. 21/22, p. 169-172, 1996.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial.** 8. ed. São Paulo: Ática. 2007. 93 p.

DIAS, L. C. Redes, sociedade, territórios, IN.: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. da. **Análise de Redes e Fluxos,** Santa Cruz do Sul/RS: Editora da UNISC, 2005, p. 22-23.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto – SP.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. 400p.

- ELIAS, D. Milton Santos: a construção da geografia cidadã. **Geosul**. Revista do Departamento de Geociências. Florianópolis: UFSC, v.18, n. 35, p. 131-148, jan./ jun. 2003a.
- GOMES, P. C. da C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 366 p.
- GEIGER, P. P. **Organização regional da Economia**. Atlas Nacional do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE/CNG, 1966.
- GUIMARÃES, F. M. S. Divisão regional do Brasil, **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 50, n. especial, t. 1, p. 9-66, 1988.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: o “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004. 395 p.
- HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. IN.: SANTOS, M.; BECKER, B. (Org.) **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**, 2ª ed, Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 43-70.
- HARTSHORNER, R. **Propósitos e natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978. 203 p.
- LACOSTE, Y. **A Geografia: isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1988. 263 p.
- LAMEGO, M. O IBGE e a Geografia Quantitativa brasileira: construindo um objeto imaginário. **Terra Brasilis** (Nova Série). p. 1-32, MARÇO, 2014.
- LEFT, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 555 p.
- MAMIGONIAN, Armem. Tendências atuais da Geografia. **Geosul**. Revista do Departamento de Geociências. Florianópolis, v. 14, nº 28, p. 171-178 jul., dez. 1999.
- MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.
- MENDONÇA, F. Geografia socioambiental, IN.: **Terra Livre**, São Paulo: AGB, nº 16, p. 113-132, 1º semestre de 2001.

- MORAES, A. C. R. (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990. 199p.
- RODRIGUES, A. M. Abordagem ambiental: questões para reflexão, IN.: **GeoTexto**, vol. 5, nº 1, p. 183-201, julho 2009.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 192 p.
- SANTOS, M. Alguns problemas atuais da contribuição marxista à geografia, IN.: SANTOS Milton (Org.) **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1982, p. 131-139.
- SANTOS M. Estrutura, processo, função e forma como categorias do método geográfico. In.: **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985, p. 49-59.
- SANTOS M. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988. 124 p.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994. 190 p.
- SANTOS M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 308 p.
- SANTOS M. **Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Hucitec, 1978. 236 p.
- SANTOS M. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método, In.: **Espaço e Sociedade** (ensaios). Petrópolis: Vozes, 1979, p. 9-27.
- SANTOS M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174 p.
- SANTOS M. Questão do meio-ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva interdisciplinar. **GeoTexto**, vol. 1, nº 1, p. 139-151, 2005.
- SANTOS M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Ed. da USP, 2008.170 p.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471 p.

- SAUER, C. A morfologia da paisagem. IN: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998. p. 12-74.
- SOUZA, M. A. A. de. Meio-ambiente e desenvolvimento sustentável: as metáforas do capitalismo, **Cronos**, Natal/RN, vol. 10, nº 2, p. 101-117, jul./dez., 2009.
- SOUZA, M. A. de. Como estudar e ler a obra de Milton Santos. 1 vídeo (20 min). Publicado pelo canal i- territorial. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FIG5gYglVAo>. Acesso em: 26 jan. 2024.
- SUERTEGARAY, D. M. A. Ambiência e pensamento complexo: resignific(ação) da geografia. IN: SILVA, A. A. Dantas da; GALENO, A. (Orgs.). **Geografia ciência do complexus: ensaios transdisciplinares**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 181-208.
- TUAN, Yi-Fu. Geografia humanística. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 143-164.
- VIEIRA, M. G. E. de D.; BASTOS, J. M.; RAMOS, J. V. M. (Orgs.). **Paradigmas da geografia: um debate entre Armen Mamigonian e Roberto Lobato Corrêa**. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2021. – (Cadernos Geográficos, 39)
- WAGNER, P. L.; MIKESSELL, M. W. Temas da Geografia cultural. IN: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Geografia cultural: um século**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2000. p. 111-167.

---

A pesquisa desenvolvida na Universidade Estadual de Maringá-PR/ Departamento de Geografia, no período de 2019 a 2024 integra as atividades do Grupo de Pesquisa em Educação Geográfica e Formação de Professores de Geografia (EDUPROGEO).

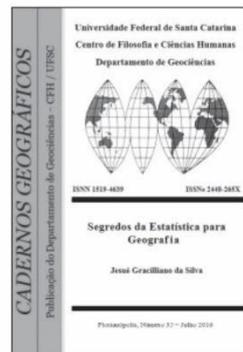
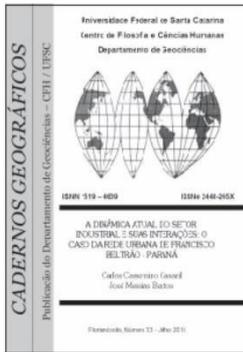
Os textos sobre paisagem, lugar e espaço são atualizações revistas e ampliadas das seguintes publicações:

ATKINSON, C. C.; AZAMBUJA, L. D. de. **Espaço e Paisagem**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2009. (Coleção educação a distância. Série livro-texto)

ATKINSON, C. C.; AZAMBUJA, L. D. de. **Teoria e método geográfico**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2010. (Coleção educação a distância. Série livro-texto)

AZAMBUJA, L. D. de. **Geografia, natureza e sociedade**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2010, p. 21-27. (Coleção educação a distância. Série livro-texto).

## CADERNOS GEOGRÁFICOS



O Cadernos Geográficos teve sua primeira publicação lançada durante a XX Semana de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (SEMAGeo-UFSC), no ano de 1999, através do Departamento de Geociências, que já publicava há mais de dez anos e com muito êxito a revista GEOSUL. O Cadernos Geográficos pretendia constituir-se em mais um meio de divulgação de temas geográficos e afins, fato consolidado ao longo de mais de duas décadas de publicação.

A criação de mais um espaço para a veiculação de trabalhos acadêmicos surgiu da necessidade de oferecer uma nova oportunidade de serem divulgados os resultados de pesquisas de forma mais ampla, diferenciando-se de outras revistas que tem como foco a publicação de artigos de temas e autores diversos. Tais pesquisas podem ser desenvolvidas nos Laboratórios, por professores, por alunos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia, bem como monografias, dissertações e teses defendidas na área de Geociência, não só da Universidade Federal de Santa Catarina, mas como das diversas instituições de pesquisa geográfica existentes no Brasil e no mundo.

O primeiro número dos Cadernos Geográficos foi assinado pelo Prof. Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, que apresentou um artigo inédito denominado "O Estudo Geográfico do Clima", onde procurava advertir aos iniciantes da temática sobre a posição da climatologia no conjunto curricular da graduação em Geografia. Os números seguintes contaram com importantes contribuições de grandes mestres da

Geografia, entre eles o prof. João José Bigarella, com a obra “Temas de Geologia Marinha” (C.G Nº 03), o prof. Armen Mamigonian, apresentando “A escola francesa de Geografia e o papel de A. Cholley” (C.G Nº 06), Carlos Augusto Figueiredo Monteiro colaborando novamente com a obra “A Questão Ambiental da Geografia do Brasil” (C.GNº05), Prof. João Lima Sant’ Anna de Neto, publicando “História da Climatologia no Brasil” (C.G Nº07), a obra “Formação de uma economia regional no Leste Asiático” do embaixador Amaury Porto de Oliveira (C.G Nº13), além das publicações de outros diversos pesquisadores da área geográfica de todo o Brasil que abrangeram diferentes temas da geografia física e humana.

O Cadernos Geográficos almeja sempre contar com a colaboração daqueles que desenvolvem trabalhos na área do conhecimento geográfico para sistematizar com qualidade as publicações acadêmicas iniciadas no ano de 1999, no sentido de ampliá-las discussões temáticas e, sobretudo, a motivação para produção de estudos que permitem se aproximar da compreensão da realidade que nos envolve, como também contribuir para construir uma reflexão crítica sobre os caminhos a serem tomados no desenvolvimento da sociedade nacional, regional ou local.



Aquisição: <http://cadernosgeograficos.ufsc.br/aquisicao/>

Email: [cadernosgeograficos@contato.ufsc.br](mailto:cadernosgeograficos@contato.ufsc.br)

Fone: (48) 3721-8613

## SÉRIE LIVROS GEOGRÁFICOS

A Série Livros Geográficos consiste em mais um esforço editorial do Departamento de Geociências (GCN), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que, após o sucesso da revista GEOSUL, começou com os Cadernos Geográficos e continuou com a revista “Geografia Econômica: Anais de geografia Econômica e Social”, até desembocar, no ano de 2008, na série “Livros Geográficos”. Nesta, tem-se o privilégio de poder editar obras de Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, João José Bigarella, Jean Tricart, Armen Mamigonian, Amaury Porto de Oliveira, C. M. Delgado de Carvalho, etc.

Os Livros Geográficos buscam enfrentar um verdadeiro nó-de-estrangulamento que consiste na dificuldade de divulgação de trabalhos acadêmicos de alto nível, mas considerados pouco comerciais pelas editoras privadas, através da edição de grandes obras e se tornando acessíveis à estudantes, professores e estudiosos da grande área do conhecimento geográfico.

### Solicitações:

[www.cadernosgeograficos.ufsc.br](http://www.cadernosgeograficos.ufsc.br)

[cadernosgeograficos@contato.ufsc.br](mailto:cadernosgeograficos@contato.ufsc.br)

Tel: 048 3721-8613 (LABEUR–GCN–CFH–UFSC)

## VOLUME IX

**Título:** Brasil e Mundo no início do século XXI



Autor: Armen Mamigonian, José Messias Bastos, Kauê Lopes dos Santos, João Victor Moré Ramos (Orgs.). Armen Mamigonian, Evandro Andaku, Ricardo Fici, Carlos Espíndola, Roberto César Cunha, Antônio Poso, Marta Luedemann, Lucas Ferreira, Elias Jabbour, Isa de Oliveira Rocha, Maria Graciana E. de Deus Vieira, Elisa Cabral, José Messias Bastos, Raquel Lage, Leonardo Masseto, Kauê Lopes dos Santos, Domingos Savio Corrêa, Paul Clivilan Santos Firmino.

Florianópolis: IIG/GCN/CFH/UFSC, 2021. 429 pág.

Neste livro, os artigos procuram fazer pontes entre o nacional e o mundial, ou entre o mundial e o nacional. Alguns dão preferência à visão mundial, mesmo quando comparam nações ou grandes regiões, como o estudo da

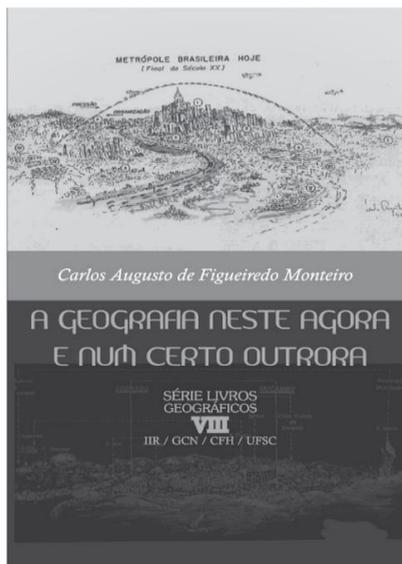
produção de tecnologia avançada e o registro de patentes (Evandro Andaku), do sistema ferroviário mundial (Ricardo Fici), do mundo no final do século XX e início do XXI (Armen Mamigonian), das agroindústrias da soja e das carnes (Carlos Espíndola e Roberto Cunha), da indústria automobilística mundial no início do século XXI (Marta Luedemann) e da siderurgia mundial e brasileira (Antônio Poso).

Há um outro conjunto de estudos de nações, como a Argentina, a China e os Estados Unidos, todos partindo da noção de formação econômica e social, dando ênfase à Argentina recriada pelos governos Kirchner (Lucas Ferreira), aos avanços do planejamento socialista na China (Elias Jabbour) e à evolução histórica das bases sociais dos Estados Unidos (Isa Rocha e Graciana Vieira).

O enfoque sobre o Brasil também mereceu vários artigos, como das fusões e aquisições de empresas alimentícias (Domingos Sávio Corrêa), a questão portuária no Brasil (Elisa Cabral e José Messias Bastos), a agroindústria do açúcar em Alagoas (Paul Firmino), as grandes empreiteiras da construção pesada (Raquel Lage e Leonardo Masseto), as relações do Brasil com os países africanos (Kauê Lopes dos Santos) e a política econômica do governo Lula (Armen Mamigonian).

## VOLUME VIII

**Título:** A Geografia neste agora e num certo outrora



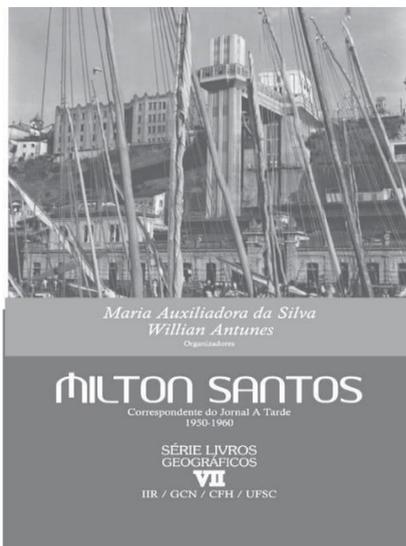
**Autor:** Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro

**Florianópolis:** IIG/GCN/CFH/UFSC, 2020. 272 pág.

Prestes a completar 93 anos, Carlos Augusto nos brindou com suas incursões iniciadas há mais de três décadas, após sua aposentaria, quando passou a preencher de forma ousada e corajosa uma lacuna ainda vaga e embrionária no Brasil, a saber, a união entre sua ciência *mater*, a Geografia, e o universo complexo e incomensurável da Cultura. Desse esforço hercúleo de aproximar a passos largos a Ciência e a Arte, como um par indissociável e complementar, nosso mestre-aprendiz, em um incessante ato dúplice, amplia as fronteiras da elaboração e da criação, como um salto dialético em vida que transpassa as barreiras da fundante escola de Climatologia Geográfica Brasileira para as fileiras ontológicas dos ser sertanejo profundamente nacional ligado às suas raízes culturais e regionais.

## VOLUME VII

**Título:** Milton Santos: Correspondente do Jornal A Tarde 1950 – 1960



Organizadores: Maria Auxiliadora da Silva; Willian Antunes

Florianópolis: IIG / GCN / CFH / UFSC, 2019. 527 pág.

O VII livro da Série Cadernos Geográficos reúne os artigos do prof. Milton Santos originalmente publicados pelo jornal “A TARDE” entre 1949 e 1963. A rica obra que o livro apresenta foi reunida pelo trabalho hercúleo de Maria Auxiliadora da Silva e Willian Antunes. Filho de professores do ensino público do interior da Bahia, Milton Santos cursou ensino secundário de alto nível em Salvador, destacando-se no colégio a ponto de dar aulas particulares a alguns colegas. Realidade que permitiu renda extra para frequentar boas livrarias da cidade. Exerceu, logo, liderança estudantil (cabeça de chapa do PCB em diretoria estudantil), convivendo com a ebulição política da conjuntura da 2ª Grande Guerra. As suas experiências o levaram a assumir uma postura nacionalista, de esquerda, e uma visão otimista, que aparecem nos textos desse livro e em sua vida acadêmica, mesmo nas suas fases teóricas distintas, como em *Por uma Geografia Nova* (1978), e em *A natureza do espaço* (1996), diferentes uma da outra.

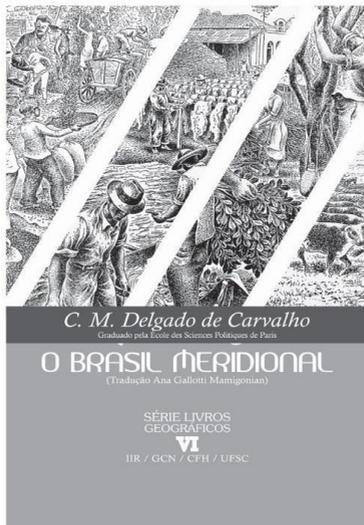
Os textos selecionados pelos organizadores foram classificados em nove capítulos, tal a variedade dos temas abordados. Começou-se com Estudos sobre a zona do cacau, região que deu origem ao primeiro livro consagrado de Milton Santos, terminaram com Visita a uma revolução, relatos sobre a viagem à Cuba em 1960, acompanhando Jânio Quadros e vários jornalistas brasileiros convidados, onde expõe suas impressões pessoais positivas e negativas. Maria Auxiliadora e Wilian chamam a atenção para as ideias expostas nos anos 1950 e que foram aprofundadas décadas depois: a geografia como uma “filosofia das técnicas”, por exemplo, também para os textos referentes à África e à Europa, que acrescidos aos de Cuba, criaram em Milton Santos a ideia de que os geógrafos brasileiros deveriam se debruçar sobre o mundo todo, demonstrando maturidade e independência em relação à geografia do centro do sistema capitalista.

Tendo falecido em junho de 2001 aos 75 anos, Milton Santos foi considerado o nome mais consagrado da geografia humana brasileira e um dos mais consagrados do mundo. Por ocasião de seu falecimento, Aziz Ab’Saber assinalou Milton foi um filósofo da geografia comprometido com a sociedade e com os excluídos. Antônio Cândido lembrou que nos trabalhos de Milton o rigor científico nunca havia sido obstáculo a uma consciência social desenvolvida e profundamente arraigada nos problemas do Brasil. Celso Furtado afirmou que Milton possuía um pensamento muito rico e abrangente, com amplitude de vista e percepção dos problemas maiores da sociedade.

Em Milton Santos há um combate radical ao imperialismo, sendo a globalização sua etapa suprema, diferindo da visão açucarada de D. Harvey (Condição pós-moderna), que nega a existência das relações centro-periferia. Milton teve a coragem de apontar China e Índia como países inseridos de forma ativa e não passiva na chamada globalização e afirmou que “não é verdade que a China esteja se tornando capitalista, podendo se utilizar do capital sem ser capitalista”. Intelectuais como Milton Santos, com raízes naturais e populares, nas regiões e países atrasados, são fundamentais para contrapor a tendência ao pensamento único e a perda do espírito crítico que levam ao fim da intelectualidade sob o capitalismo avançado.

## VOLUME VI

**Título:** O Brasil Meridional: Estudo Econômico sobre os estados do Sul: São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (1910)



Autor: C. M. Delgado de Carvalho  
Tradução: Ana Gallotti Mamigonian

Florianópolis: IIG / GCN / CFH / UFSC, 2016. 326 pág.

Delgado de Carvalho (1884-1980) foi durante a vida todo um intelectual infatigável, imbuído da ideia de missão, própria dos intelectuais brasileiros de seu tempo, no sentido de desvendar a realidade brasileira e, a partir daí, difundir ao máximo os resultados alcançados.

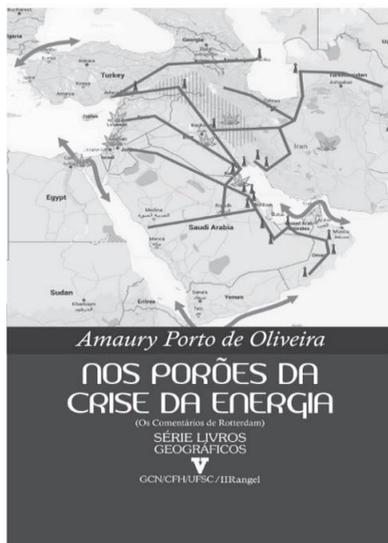
*Le Brésil Meridional* foi sua tese de doutorado, em edição melhorada e ampliada, pois, tendo estado no Brasil para preparar sua defesa na *École des Sciences Politiques*, recolhendo bibliografia, realizando viagens e estudando H. Morise (Clima), Orville Derby (geologia e relevo) e Nieppe da Silva (hidrografia), sentiu necessidade, ao se instalar definitivamente no Brasil, de aprofundar seus conhecimentos e assim realizou prolongadas viagens e paradas, como no Porto do Rio Grande em ampliação, assinalando a importância dos projetos de engenharia, ou também no Vale do Itajaí, onde no Salto

Weissback, nas proximidades de Blumenau, entrevistou colonos alemães e assim por diante.

Na delimitação do Brasil Meridional, na presente obra, apoiou-se na proposta de E. Reclus (1893), assumindo a importância da escala regional nos estudos geográficos. Mesmo após uma nova regionalização brasileira, o estudo de Delgado de Carvalho não é invalidado, pois, além das divisões de São Paulo (café), Paraná e Santa Catarina (mate) e Rio Grande do Sul (pecuária), Delgado estudou muito seriamente as áreas de imigração dos quatro estados, denominador comum de todos eles. Assim, hoje em dia, ninguém mais considera o sul do Brasil como periferia do Brasil Sudeste. Por tudo isto, a tradução de *Le Brésil Meridional* e de toda a enorme produção geográfica de Delgado de Carvalho deveriam se tornar leitura obrigatória de todos os geógrafos, os mais idosos e os mais novos, para que a geografia brasileira possa retomar o papel de ciência importante para a compreensão e transformação do Brasil.

## VOLUME V

### Título: Nos Porões da Crise da Energia – Os comentários de Rotterdam



Autor: Amaury Porto de Oliveira

Florianópolis: UFSC / CFH / NUPPe / IIRangel, 2015. 424 pág.

Amaury Porto de Oliveira talvez seja o intelectual brasileiro que mais avançou no estudo das questões geopolíticas que regem o mundo de hoje. Tendo se interessado, como encarregado dos negócios brasileiros no exterior, pela questão do conflito entre árabes e judeus e do nacionalismo árabe, aprofundou estas temáticas até chegar à questão do petróleo e daí à questão energética mundial, importantíssima hoje em dia, inclusive na disputa entre os EUA e a China pela liderança mundial. Outra questão geopolítica estudada por ele é a da emersão dos países asiáticos da orla do Pacífico. Amaury chama a atenção para a importância do Japão e de seu modelo econômico, imitado pelos “tigres”, e depois passou a estudar a República Popular da China, o grande “dragão” atual, também parcialmente discípulo do Japão.

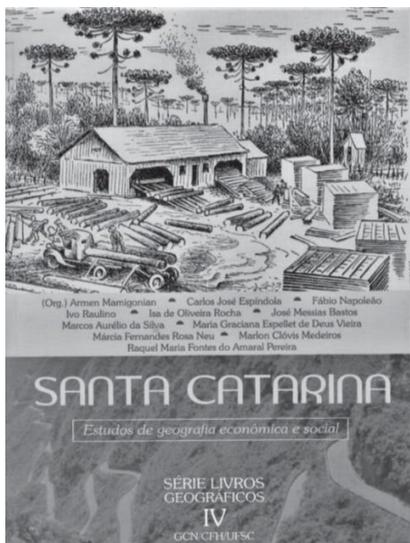
Suas cartas de Cingapura, difundidas no Brasil pelo IEA da USP, alcançaram muitos leitores em São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas, Florianópolis, entre outros centros universitários, estimulando

intelectuais como Antônio Barros de Castro a participar do debate. Em Florianópolis a UFSC e a UDESC, em particular os professores de geografia econômica, foram amplamente beneficiados pela sua presença, com palestras para os cursos de graduação e pós-graduação durante vários anos, além de artigos reunidos no Cadernos Geográficos da UFSC intitulado “Formação de uma economia regional no Leste Asiático”, de 2006. Sua generosidade resultou também em várias doações de livros e revistas para o Núcleo de Estudos Asiáticos da UFSC, em sala que recebeu em 2014 o nome de “Embaixador Amaury Porto de Oliveira”.

O livro, ora publicado, transmite uma visão pessoal, mas bem informada, de um jogo global ocorrido nos anos de 1970, graças ao acompanhamento diário do mesmo, através da imprensa internacional, de cartas semanais, revistas especializadas e livros, além das conversas com especialistas. Permitem, em suma, que se vislumbrem arcanos da Crise da Energia e se obtenham elementos de compreensão das rivalidades de hoje.

## VOLUME I V

**Título:** Santa Catarina – Estudos de Geografia Econômica e Social



Autor: (Org.) Armen Mamigonian; Carlos José Espindola; Fábio Napoleão; Ivo Raulino; Isa de Oliveira Rocha; José Messias Bastos; Marcos Aurélio da Silva; Maria Graciana Espellet de Deus Vieira; Márcia Fernandes Rosa Neu; Marlon Clóvis Medeiros; Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira

Florianópolis: GCN/CFH/UFSC, 2011. 474 pág

Embora dispondo de extensão territorial inferior à maioria das unidades da federação (1,12% do território brasileiro, sendo o 20º em área), a economia catarinense se qualifica entre as mais dinâmicas do país, resultando em forte presença nacional, creditada ao processo de acumulação capitalista ancorado em formações sociais fundamentadas na pequena produção mercantil, base do avanço produtivo regional. Em meados dos anos de 1980, em Santa Catarina, os grandes grupos privados de projeção nacional eram todos eles industriais e se dispersavam pelas várias regiões: Sadia e Perdigão no Oeste; Hering, Artex, Tigre-Hansen, Weg, etc. nas áreas alemãs; Guglielmi, Freitas e Gaidzinski na área carbonífera, além da Portobel o – Usati no Litoral

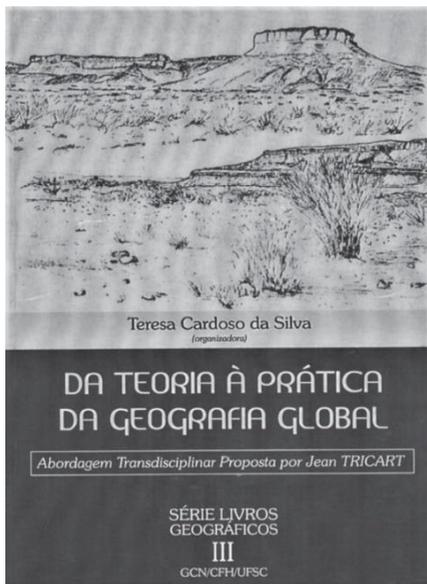
Central. Entretanto, nos últimos anos, há uma perigosa deterioração das relações comerciais de Santa Catarina com o mundo. Do quinto exportador brasileiro em 1999, com participação de 5,35% das exportações nacionais, graças aos produtos manufaturados (têxteis, motores elétricos, autopeças, etc.), caiu a décima colocação em 2009, com total de 4,20%. Não surpreende, neste meio, que tenha sido ultrapassada por Mato Grosso, Pará e Espírito Santo, exportadores de commodities. Mais surpreendente é o fato do Estado ter registrado superávit comercial com o exterior US\$ 3,4 bilhões de 2004, declinando sua presença nos anos seguintes até chegar ao humilhante déficit comercial de US\$ 857 milhões em 2009.

As causas desses dados chocantes ligam-se a absurda política econômica de câmbio supervalorizado, que estimula importação e prejudica exportações, acoplada aos juros altíssimos, que atraem a especulação financeira nacional e internacional. O Brasil vive nos últimos anos sob uma política econômica esquizofrênica: Mantega e o BNDES pisam no acelerador, enquanto que o BC pisa no freio a pretexto de combater a inflação. É esse o eixo norteador do debate proposto pelos autores, que procuram elucidar a questão do desenvolvimento regional e setorial do estado de Santa Catarina lastreados pelo paradigma interpretativo de formação sócio-espacial, superando visões fantasiosas e limitadas que há muito já deveriam ter sido superadas.

Os estudos reunidos no livro tratam inicialmente das questões ligadas à formação social catarinense, assinados por Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira, Maria Graciana Espelet de Deus Vieira e Marcos Aurélio da Silva. Em seguida aparecem estudos sobre o setor industrial, de autoria de Armen Mamigonian, Fábio Napoleão, Ivo Raulino e Isa de Oliveira Rocha. As agroindústrias da carne e do arroz são tratadas por Carlos José Espíndola e Marlon Clóvis Medeiros, respectivamente. Os estudos sobre o setor comercial de Santa Catarina, de José Messias Bastos, e dos portos catarinense, de Márcia Fernandes da Rosa Neu encerram a relação de onze ensaios que procuram jogar luz sobre a realidade estadual.

## VOLUME III

**Título:** Da Teoria à Prática da Geografia Global – Abordagem Transdisciplinar Proposta por Jean TRICART



Autor: Teresa Cardoso da Silva (Org.)

Florianópolis: GCN / CFH / UFSC, 2011. 294 pág.

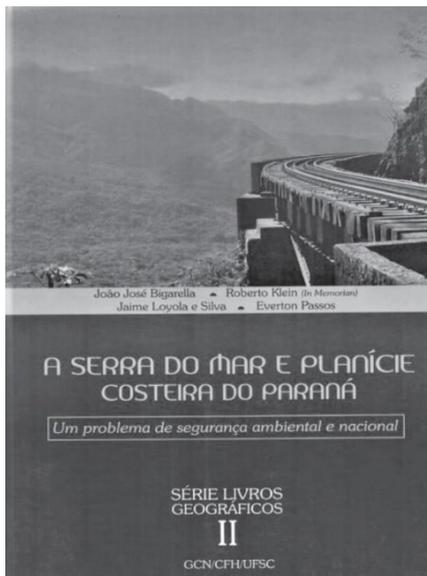
Jean L.F. Tricart nasceu em Montmorency, França, em 16 de setembro de 1920. Diplomou-se em Geografia e História em 1942, seguido do Doctorate de Etat na Sorbonne, com a tese principal sobre a Morfologia do Leste da Bacia de Paris e outra secundária sobre o cultivo de frutíferas na Região Parisiense. Jean Tricart foi um pioneiro em vários campos da ciência geográfica e no aperfeiçoamento de métodos e técnicas de investigação no campo e de georreferenciamento, com base na utilização dos registros de Sensores Remotos. Segundo ele próprio declarou (1987): Através da Geomorfologia e das reconstruções paleoclimáticas tentei aumentar o meu campo de visão e passei a relacionar geomorfologia/pedologia, geomorfologia/hidrologia, geomorfologia/geologia, para depois chegar a uma aproximação integrada (sistêmica) do meio natural, com vistas a sua gestão e seu planejamento (Tricart, 1987).

Os resultados de suas pesquisas conduziram a consultorias de Organizações internacionais como UNESCO, FAO, em programas de países da África (Argélia, Senegal, Mali, Costa do Marfim, Togo, Nigéria e Sudão) e da América Latina (Brasil, Argentina, Venezuela, México, Peru, Colômbia, Chile e outros).

O livro apresenta uma coletânea de textos elaborados por uma equipe multidisciplinar composta por professores, pesquisadores e técnicos de Universidades e Órgãos especializados em vários campos das Ciências Geográficas e afins. A maioria dentre eles foram discípulos de TRICART e absorveram seus ensinamentos por meio de aulas, palestras, levantamentos de campo ou que assimilaram e discutiram suas ideias apresentadas em Congressos, Seminários e Reuniões Técnicas. A obra foi dividida em quatro parte, sendo elas: Fundamentos, Conceitos e Métodos; Depoimentos, Comentários e Reflexões sobre a Obra de Jean Tricart; Concepção Ecodinâmica Aplicada à Estudos de Problemas Ambientais; Sugestões de Estudos e Projetos em Áreas Prioritárias; além das considerações finais.

## VOLUME II

**Título:** A Serra do Mar e a Planície Costeira do Paraná - Um problema de segurança ambiental e nacional



Autor: João José Bigarella, Roberto Klein (In Memoriam), Jaime Loyola e Silva, Everton Passos.

Florianópolis: GCN / CFH / UFSC, 2008. 391 pág.

O professor João José Bigarella nasceu em 1923 em Curitiba. É engenheiro Químico, formado pela Universidade Federal do Paraná, onde também realizou seu doutorado em Ciências Físicas e Químicas. Em 1956 ingressou no Ensino Superior, tornando-se Professor Catedrático em Mineralogia e Geologia Econômica na UFPR. Colaborou com os programas de Pós-Graduação de Pós-Graduação das Universidades de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, bem como da Universidade de São Paulo. Em seus estudos sobre a América Latina e África, tornou-se um profundo conhecedor em paleoambientes, ambiente eólico e da problemática ambiental em geral.

O presente trabalho representa uma importante contribuição para os estudos integrados do sistema natural e destaca o forte apelo para a preservação ambiental. Para a compreensão dessa importante área do território paranaense, combinando serra, planície e baía, foram analisados os aspectos geológicos, geomorfológicos, sedimentológicos, hidrológicos, climáticos e botânicos, como também realizados inúmeros trabalhos de campo, coletando amostras e descrevendo diversos aspectos da paisagem. As amostras receberam amostras laboratoriais e analíticas, tendo sido criados com os resultados inúmeras figuras, visando facilitar o entendimento das diversas características sedimentológicas. Tópicos da legislação ambiental foram salientados, bem como as consequências da interferência antrópica.

## VOLUME I

**Título:** Tempo de Balaio



**Autor:** Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro

Florianópolis: GCN / CFH / UFSC, 2008. 391 pág.

Nascido em 1927, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, piauiense, natural de Teresina, é geógrafo licenciado em Geografia e História na antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade de Brasil, Rio de Janeiro, com complementação na Universidade de Paris (Sorbonne). Em 1955 iniciou, em Florianópolis, sua carreira de magistério superior como responsável pela cadeira de Geografia Física na antiga Faculdade Catarinense de Filosofia. Atuou até 1959, sendo convidado a ser coordenador da elaboração do Atlas Geográfico de Santa Catarina, publicado em 1958, obra pioneira no Brasil.

“Tempo de Balaio” resulta de uma obra composta por cinco volumes, fartamente ilustrados e com cerca de duas mil páginas, centralizadas na saga de uma família piauiense entre 1850 e 1950, abrangendo quatro gerações. O primeiro volume, título da presente obra,

focaliza a província do Piauí em meados do século XIX, o que embora indelevelmente marcado pela Balaiada- movimento revolucionário que percorreu o território piauiense do delta do Paranaíba até a fronteira com a Bahia – mas que, para melhor compreensão acabou retrocedendo às origens do povoamento daquela pouca conhecida unidade da federação brasileira, podendo ser considerado um subsídio à compreensão histórica da terra e da gente do Piauí. Essa introdução é seguida pela série de quatro volumes, rotulada “Rua da Glória” (o antigo nome da rua em que nasceu Carlos Augusto e que viveu até os dezoito anos em Teresina), cada um deles centralizado em cada uma das etapas dos troncos familiares: bisavós (Rumo à Cidade Nascente); avós (As Armas e as Máquinas); pais (No tempo dos Revoltosos) e individual (O Tamanho de Uma Esperança).

**Solicitações:**

[www.cadernosgeograficos.ufsc.br](http://www.cadernosgeograficos.ufsc.br)  
[cadernosgeograficos@contato.ufsc.br](mailto:cadernosgeograficos@contato.ufsc.br)

Tel: 048 3721-8613 (LABEUR – GCN – CFH – UFSC)

## PERFIL DA SÉRIE CADERNOS GEOGRÁFICOS

### PARÂMETROS PARA ACEITAÇÃO DE OBRAS E INSTRUÇÕES

A Série Cadernos Geográficos aceitará pesquisas científicas empíricas ou teóricas. Poderão ser organizados, após consulta a Comissão Editorial, números especiais ou dossiês temáticos que poderão ser compostos por mais de um autor.

### INSTRUÇÕES PARA A APRESENTAÇÃO DE TEXTOS

- As obras a serem enviadas para análise para publicação devem ser em tamanho A4, digitados em Word, com espaçamento 1,5 entrelinhas, letra Times New Roman, tamanho 12.
- Todos os textos devem ser enviados em versão eletrônica ([cadernosgeograficos@contato.ufsc.br](mailto:cadernosgeograficos@contato.ufsc.br)), acompanhados de uma folha, em que conste: nome(s) do(s) autor(es), filiação acadêmica, e endereço para correspondência.
- Os originais devem ser enviados sem moldura, com escala gráfica e legendas legíveis.
- As referências e citações devem seguir as orientações da ABNT. As notas devem constar no rodapé.
- Será responsabilidade do autor a correção ortográfica e sintática do texto. A seleção dos textos será realizada por pareceristas do Conselho Científico.
- No processo de seleção consideram-se três situações: texto aprovado para publicação, texto reencaminhado ao autor para modificações ou texto recusado.

#### **Endereço para correspondência:**

Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Departamento de Geociências  
Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais  
Campus Universitário – Trindade 88.040-900 – Florianópolis – SC  
Telefone: (00 XX 55) 48 3721-8637  
E-mail: [cadernosgeograficos@contato.ufsc.br](mailto:cadernosgeograficos@contato.ufsc.br)  
Pedidos/informações: [www.cadernosgeograficos.ufsc.br](http://www.cadernosgeograficos.ufsc.br)

---